

# OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA  
MENSAL

*Fundada em 1938*

*N.º 144*

VOLUME XXXVIII

*ABRIL, 1950*



---

DIRECTOR, PROPRIETÁRIO E EDITOR — ÁLVARO PINTO  
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO — TIP. DA EDITORIAL IMPÉRIO, L.<sup>DA</sup> — LISBOA

---



O impresso que causa boa impressão..

é sempre um elemento valioso para a firma que o utiliza. Gravuras bem cuidadas por técnicos sabedores, e bem impressas por impressores experimentados, sobre qualidades de papéis escolhidas para cada caso especial, por pessoal competente, eis a fórmula e o segredo dos impressos que causam boa impressão. Eis o segredo de

**BERTRAND (IRMÃOS), L. DA**

T. DA CONDESSA DO RIO, 7 - TELEF. P. B. X. 21227-21368-32574 - LISBOA

*Carolina Michaëlis de Vasconcelos*

## NOTAS VICENTINAS

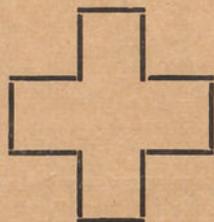
Preliminares duma Edição  
Crítica das Obras de Gil Vicente

*NOTAS I A V*

incluindo a Introdução à  
edição facsimilada do  
Centro de Estudos Históricos  
de Madrid

1 volume de 664 páginas, 22  
facsímeis e extensos Índices 150\$00  
Edição especial numerada de  
1 a 100 ..... 180\$00

*Edição da Revista 'Ocidente'*



## SELOS

da

*Cruz Vermelha Portuguesa*

Aplique sempre na sua correspondência um selo da Cruz Vermelha Portuguesa, Instituição das mais nobres e beneméritas.

Os selos vendem-se na sede da Cruz Vermelha — Palácio do Conde de Óbidos Jardim 9 de Abril — Lisboa

## A COVINA

PRODUZ QUASE O DOBRO

DA CHAPA MECÂNICA

DE VIDRO

QUE É CONSUMIDA

NA METRÓPOLE

E NAS COLÓNIAS

DIRECTOR, PROPRIETÁRIO E EDITOR: ALVARO PINTO  
GERENTE: MARIA AMÉLIA M. DE AZEVEDO PINTO

# OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA MENSAL  
FUNDADA EM 1938  
SAI NO DIA 1 DE CADA MÊS

SUMÁRIO DO N.º 144 / VOLUME XXXVIII /

EM PROL DA CULTURA (Com artigos do 'Diário de Lisboa' e da revista 'Moçambique') — Pág. 177/180.

JOAQUIM LOPES — «Joaquim de Vasconcelos e a Escola de Belas-Artes do Porto» — Pág. 181/183.

ARMANDO CORTES-RODRIGUES — «Lágrimas» e «Soneto» — Poesias — Pág. 184/185.

RODRIGUES CAVALHEIRO — «Sob a Invocação de Clio — Moniz Barreto e a salvação pública» — Pág. 186/189.

DIOGO DE MACEDO — «Notas de Arte — A Escultura de Mafra — Romantismo a bem da Nação — Proveito e Gratidão — Simões de Almeida Sobrinho — Renato de Araújo» — Pág. 190/195.

AUGUSTO MORENO — «Consultório linguístico» — Pág. 196/198.

«Teatro Nacional de São Carlos» — Pág. 199.

BIBLIOGRAFIA — N.º TRO OSÓRIO e outros Livros recebidos — Pág.

ALVARO PINTO — «...» Pág. 210/216.

## ILUSTRAÇÕES

Joaquim de Vasconcelos — Pág. 192/A.

António Correia de Oliveira — QUE MEDINA — P.

## SUPLEMENTOS

JOÃO DE CASTRO O Justiza» — Confronta e Tomás António G... Pág. 65/80.

RUI GALVÃO DE C... Vivo» — Pág. 1/32.

### ASSINATURA

Portugal — 6 meses 95\$00; Ano 180\$00  
Colónias portug. e Espanha ... > 190\$00  
Brasil ..... > 180 cr.  
Estrangeiro, dollars U. S. .... > \$10.00

Com direito aos números especiais

### NÚMEROS

Portugal .....  
Colónias portug. e E...  
Brasil .....  
Estrangeiro, dollars

Números atrasados

REVISTA DE PORTUGAL — SÉRIE A — LÍNGUA PORTUGUESA  
FUNDADA EM 1942

Publicados os n.ºs 1 a 83 — cada fascículo 17\$50 — Assinatura de

DIRECTOR — ALVARO PINTO

ADQUIRA A 2.ª EDIÇÃO DO N.º 1 (MAIO DE 1938) — 152

(ANTIGO COLOCCI-BRANCUTI)

Leitura, Comentários e Glossário por  
Elza Pareco Machado e José Pedro Machado

1.ª edição integral do mais extenso e completo dos Cancioneiros Medievais Portugueses  
Volume I, com 408 páginas e 80 de fac-símile — 150\$000; edição especial — 250\$000. Enc. 280\$000 e 400\$000.  
Assinatura de 5 tomos, a partir do 6.º — 125\$000. Edição especial — 225\$000.

A obra completa deve constar de 40 tomos em 8 volumes

Edição da 'Revista de Portugal' — LISBOA — PORTUGAL



*O impresso que causa boa impressão..*

é sempre um elemento valioso para a firma que o utiliza. Gravuras bem cuidadas por técnicos sabedores, e bem impressas por impressores experimentados, sobre qualidades de papéis escolhidas para cada caso especial, por pessoal competente, eis a fórmula e o segredo dos impressos que causam boa impressão. Eis o segredo de

**BERTRAND (IRMÃOS), L.<sup>DA</sup>**

T. DA CONDESSA DO RIO, 7 - TELEF. P. B. X. 21227-21368-32574 - LISBOA

*Carolina Michaëlis de Vasconcelos*

# NOTAS VICENTINAS

Preliminares duma Edição  
Crítica das Obras de Gil Vicente

*NOTAS I A V*

incluindo a Introdução à  
edição facsimilada do  
Centro de Estudos Históricos  
de Madrid

1 volume de 664 páginas, 22  
facsímls e extensos índices 150\$00  
Edição especial numerada de  
1 a 100 ..... 180\$00

*Edição da Revista 'Ocidente'*

[

S

*Cruz Ve*

Aplique se  
dência um  
Portuguesa,  
bre

Os selos ve  
Vermelha —  
Jardim

A

CC

PROD

DA

DE

QUE

NA

EN

DIRECTOR, PROPRIETÁRIO E EDITOR: ALVARO PINTO  
GERENTE: MARIA AMÉLIA M. DE AZEVEDO PINTO

# OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA MENSAL  
FUNDADA EM 1938  
SAI NO DIA 1 DE CADA MÊS

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: R. DE S. FELIX, 41-1.º DT.º — OFFICINAS: EDITORIAL IMPÉRIO, LDA, R. DO SALITRE, 155, 1.º — LISBOA

## SUMÁRIO DO N.º 144 / VOLUME XXXVIII / ABRIL DE 1950

EM PROL DA CULTURA (Com artigos do 'Diário de Lisboa' e da revista 'Moçambique') — Pág. 177/180.

JOAQUIM LOPES — «Joaquim de Vasconcelos e a Escola de Belas-Artes do Porto» — Pág. 181/183.

ARMANDO CORTES-RODRIGUES — «Lágrimas» e «Soneto» — Poesias — Pág. 184/185.

RODRIGUES CAVALHEIRO — «Sob a Invocação de Clio — Moniz Barreto e a salvação pública» — Pág. 186/189.

DIOGO DE MACEDO — «Notas de Arte — A Escultura de Mafra — Romantismo a bem da Nação — Proveito e Gratidão — Simões de Almeida Sobrinho — Renato de Araújo» — Pág. 190/195.

AUGUSTO MORENO — «Consultório linguístico» — Pág. 196/198.

«Teatro Nacional de São Carlos» — Pág. 199.

BIBLIOGRAFIA — Notas de JOÃO DE CASTRO OSÓRIO e outras — Pág. 200/209.

Livros recebidos — Pág. 209.

ALVARO PINTO — «Notas e Comentários» — Pág. 210/216.

### ILUSTRAÇÕES

Joaquim de Vasconcelos — por JOAQUIM LOPES — Pág. 192/A.

António Correia de Oliveira — por HENRIQUE MEDINA — Pág. 192/B.

### SUPLEMENTOS

JOÃO DE CASTRO OSÓRIO — «Gonzaga e a Justiça» — Confrontação de Baltasar Gracián e Tomás António Gonzaga — Conclusão — Pág. 65/80.

RUI GALVÃO DE CARVALHO — «Antero Vivo» — Pág. 1/32.

### ASSINATURA

Portugal — 6 meses 95\$00; Ano 180\$00  
Colónias portug. e Espanha ... > 190\$00  
Brasil ..... > 180 cr.  
Estrangeiro, dollars U. S. .... > \$10.00

Com direito aos números especiais

### NÚMERO AVULSO

Portugal ..... 17\$50  
Colónias portug. e Espanha ..... 18\$00  
Brasil ..... 17,5 cr.  
Estrangeiro, dollars U. S. A. .... \$ 0.90

Números atrasados (1/104) — 15\$00

### REVISTA DE PORTUGAL — SÉRIE A — LÍNGUA PORTUGUESA

FUNDADA EM 1942

Publicados os n.ºs 1 a 88 — cada fascículo 17\$50 — Assinatura de 10 números — 150\$00

DIRECTOR — ALVARO PINTO

ADQUIRA A 2.ª EDIÇÃO DO N.º 1 (MAIO DE 1938) — 152 PAGINAS — 30\$00

Lâmpadas

LUMIAR

Motores

E. N. A. E.

Empresa Nacional de  
Aparelhagem Eléctrica

Avenida 24 de Julho, 158

TELE { fones 6 2177/78  
gramas — LAMPAR

Móveis de estilo  
Móveis rústicos

M A N U E L

CAETANO, L.<sup>DA</sup>

FABRICANTES E  
ARMAZENISTAS

(CASA FUNDADA EM 1914)

R. da Fé, 6 — LISBOA

TELEFONE: 4 6422

C. P.

ESTUDANTES E APRENDIZES

As assinaturas no caminho de ferro para estudantes e aprendizes são de preços muito módicos.

Podem ser utilizadas:

- pelos estudantes com menos de 18 anos de idade, que frequentem cursos de ensino primário, secundário, elementar ou complementar;
- pelos estudantes com menos de 25 anos de idade, que frequentem cursos de ensino médio ou superior;
- pelos aprendizes com menos de 21 anos de idade.

Adquira a 2.<sup>a</sup> edição de  
O ACORDO  
ORTOGRÁFICO  
LUSO-BRASILEIRO

de 10 de Agosto de 1945

Com um ÍNDICE organizado por  
*Sebastião Pestana e*

CERCA DE 20.000 PALAVRAS  
*extraídas do novo*

VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO  
RESUMIDO  
DA LÍNGUA PORTUGUESA

1 volume de 150 páginas

Preço 17\$500 — À cobrança 19\$00

EDIÇÃO DA  
«REVISTA DE PORTUGAL»

W.<sup>M</sup> HINTON  
& SONS

FÁBRICA DO  
TORREÃO

Açúcar e Álcool

Funchal—Madeira

## Companhia Nacional de Navegação

A mais antiga e maior empresa armadora portuguesa nas carreiras de África

SEDE

RUA DO COMÉRCIO, 85  
LISBOA

SUCURSAL

RUA INFANTE D. HENRIQUE, 73  
PORTO

*Serviço rápido de passageiros para a África Ocidental e África Oriental,  
Brasil e América do Norte*

### FROTA DA C. N. N.

«Angola» .....	18.250 Ton.	«Lourenço Marques» .....	6.400 Ton.
«Sofala» .....	12.500 »	«Cabo Verde» .....	6.200 »
«Moçâmedes» n/m. ....	9.100 »	«Congo» .....	5.000 »
«Rovuma» n/m .....	9.100 »	«Nacala» .....	2.390 »
«S. Tomé» n/m. ....	9.100 »	«Tagus» .....	1.600 »
«Niassa» .....	9.000 »	«Chinde» .....	1.393 »
«Nova Lisboa» .....	8.800 »	«Luabo» .....	1.385 »
«Cubango» .....	8.300 »	«Inharrime» .....	1.000 »
«Quanza» .....	6.500 »	«Save» .....	763 »

AGÊNCIAS EM TODOS OS PORTOS AFRICANOS E NOS PRINCIPAIS PORTOS DO MUNDO

I. XAVIER FERNANDES

*Questões de Língua Pátria*

1.º volume (2.ª edição) com 232  
páginas . . . . . 25\$00  
2.º volume com 256 páginas . . . . . 25\$00

JÚLIO DE LEMOS

*Pequeno Dicionário luso-brasileiro de Vozes de Animais*

1 volume de 160 páginas — 20\$00

*O Elogio do Contista  
Trindade Coelho*

1 vol. de 56 páginas — 15\$00

HARRI MEIER

*Ensaio de Filologia  
Românica*

1 volume de 260 pág. — 30\$00  
Edição especial — 50\$00

JOAQUIM DE CARVALHO

*Os Sermões de Gil Vicente  
e a Arte de Pregar*

1 volume de 88 pág. — 15\$00

AFONSO ÁLVARES

*Auto de Santo António*

Prefácio, Notas e Glossário do  
Prof. Almeida Lucas

1 volume de 80 pág. — 12\$50

EDIÇÕES DE 'OCIDENTE' E DA  
'REVISTA DE PORTUGAL'

P.º António Vieira

## SERMÃO

DA PRIMEIRA DOMINGA DA

## QUARESMA

NA CIDADE DE S. LUÍS  
DO MARANHÃO NO ANO DE 1653

E

UMA CARTA  
A D. JOÃO VI

COM UM PREFÁCIO E NOTAS POR  
SEBASTIÃO MORÃO CORREIA

1 volume de 128 pág. — 10\$00

EDIÇÃO DA  
'REVISTA DE PORTUGAL'

*Novidades literárias*

HERBERT PALHANO

*A Expressão léxico-gramatical  
do 'Leal Conselheiro'*

2.ª edição

Com prefácio de João Leda  
1 volume de 184 páginas e o retrato  
de D. Duarte — 20\$00

RUI GALVÃO DE CARVALHO

*Antero de Quental e a Mulher*

1 vol. de 60 págs. e 4 ilustrações — 15\$00

FERNANDA DE CASTRO

## SORTE

Romance premiado no concurso  
das Casas do Povo

Capa de Inês Guerreiro

1 vol. de 232 pág. — 20\$00

Edições da Revista 'Ocidente'

*Para o servir*



**NO SEU CAMINHO**

EM QUALQUER PONTO DO PAÍS  
PODE ADQUIRIR PNEUS E  
CÂMARAS DE AR M A B O R  
PARA LIGEIROS E PESADOS

# MALA REAL INGLESA

(ROYAL MAIL LINES, LIMITED.)

AGENTES EM LISBOA:

JAMES RAWES & Cº LTD. e E. PINTO BASTO & C.ª, Lda.

m/v HIGHLAND PRINCESS	5 ABRIL	LAS PALMAS, RIO DE JANEIRO, SANTOS, MONTEVIDEU E BUENOS AIRES	Passageiros de 1.ª e 3.ª classes	E. PINTO BASTO & C.ª, Lda. Av. 24 de Julho, 1, 1.º Telefone 31581 (7 linhas)
s/s ALCANTARA	11 ABRIL	LAS PALMAS, RIO DE JANEIRO, SANTOS, MONTEVIDEU E BUENOS AIRES	Passageiros de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes e carga geral	JAMES RAWES & C.ª, LTD. Rua Bernardino Costa, 47, 1.º Telefones 23232-3-4
s/s ANDES	14 ABRIL	CHERBOURG E SOUTHAMPTON	Passageiros de 1.ª e 2.ª classes e carga geral e de frigorífico	
m/v HIGHLAND BRIGADE	16 ABRIL	VIGO E LONDRES	Passageiros de 1.ª e 3.ª classes	E. PINTO BASTO & C.ª Lda. Av. 24 de Julho, 1, 1.º
m/v HIGHLAND MONARCH	26 ABRIL	LAS PALMAS, RIO DE JANEIRO, SANTOS, MONTEVIDEU E BUENOS AIRES	Passageiros de 1.ª e 3.ª classes	Telefone 31581 (7 linhas)

## DICIONÁRIO COROGRÁFICO

*De Portugal Continental e Insular*

Arqueológico, Biográfico, Etimológico, Heráldico, Hidrográfico, Histórico e Orográfico

Por AMÉRICO COSTA

*Esta obra de ilimitada utilidade, coordenada por especialistas e da qual a Livraria Civilização tomou o encargo de prosseguir na sua publicação, abrange todo o*

CONTINENTE, MADEIRA E AÇORES

Distritos, cidades, concelhos, vilas, freguesias, povoações, aldeias, lugares, herdades, quintas, casais, granjas, praias, portos, faróis, rios, ribeiros, montes, serras, matas, lagoas, termas, cabos, fontes, minas, castelos, praças, fontes minerais, monumentos nacionais, igrejas, capelas, mosteiros, ruas, travessas, becos e largos das principais cidades; serviços telégrafo-postais, ferroviários, hidráulicos, eléctricos, transportes, automóveis, turismo, fastos, epopeias, varões ilustres, lendas, etc., etc.

Consta de 12 volumes, com cerca de 15.000 páginas, centenas de gravuras, mapas e brasões referentes a cada um dos concelhos do Continente, Madeira e Açores.

Custa, completo e encadernado, capa de percalina Esc. 2.800\$00;

capa de percalina com lombada de carneira Esc. 2.920\$00

O Dicionário Corográfico não será reimpresso

Completamos colecções fornecendo mapas, cadernos, fascículos ou volumes em falta

Vendas a pronto pagamento ou por pagamentos suaves

Pedidos de esclarecimentos à LIVRARIA CIVILIZAÇÃO — Rua do Almada, 107 — PORTO — PORTUGAL

# GRAHAM'S PORT

À venda nos melhores Hotéis, Bars  
e Restaurantes do País

DISTRIBUIDORES

CASCAES — *Establs. J. Paulino d'Almeida, Lda.*

COIMBRA — *M. Alves Sereno*

FIGUEIRA DA FOZ — *Agência Central de Representações*

LISBOA — *José Luís Simões*

PORTO — *Daniel Lapa*

AGENTES

*Guilherme Graham Jr. & C.<sup>a</sup>*

LISBOA

PORTO

## Introdução ao Estudo da FILOLOGIA PORTUGUESA

por

*Manuel de Paiva Boléo*

PROFESSOR DE FILOLOGIA PORTUGUESA NA  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA

*À venda o 2.º Milhar*



1 volume de 160 págs. — 20\$00

EDIÇÃO DA  
'REVISTA DE PORTUGAL'

*Carolina Michaëlis de Vasconcelos*

## LIÇÕES DE FILOLOGIA

*Seguidas das*

Lições Práticas de Por-  
tuguês Arcaico

*À venda o 2.º Milhar*



1 volume de 430 páginas — 70\$00  
Tiragem especial — 80\$00

EDIÇÃO DA  
'REVISTA DE PORTUGAL'

# Livraria Luso-Espanhola, Lda.

Telefone 24917

RUA NOVA DO ALMADA, 88

L I S B O A

Rua do Carmo, 20-A, 1.º

Rua da Sofia, 78-1.º

Telefone 24076 — Porto

Telef. 2799—Coimbra

REPRESENTANTE EM PORTUGAL DAS  
SEGUINTE EDITORIAIS ESPANHOLAS:

EDICIONES ARS

JUAN BRUGER — EDITOR

EDICIONES MORATA

LIBRERIA SANTAREM

EDITORIAL APOLO

LIBRERIA SUBIRANA

EDITORIAL CIENTIFICO-MÉDICA

LUIS MIRACLE — EDITOR

EDITORIAL ORBIS

MANUEL MARIN — EDITOR

FRANCISCO SEIX — EDITOR

EDICIONES SPÉS

GUSTAVO GILI — EDITOR

REVISTA OCIDENTE

JOSÉ MONTESÓ — EDITOR

SALVAT, EDITORES S. A.

SERRAHIMA Y URPI

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS DAS  
SEGUINTE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS:

*Revista Clínica Espanhola, Actas Españolas de Neurologia y Psiquiatria, Revista Española de Cirugía, Cirugía del Aparato Locomotor, Archivos Españoles de Urologia, Revista de Pediatría, Archivos de la Sociedad Oftalmologica Hispano-Americana, Revista Española de las Enfermedades del Aparato Digestivo y de la Nutricion, Revista Española de la Tuberculosis, Revista de Odontolatria, Revista Española de Reumatismo.*

## BRASIL

### Livraria Luso-Espanhola e Brasileira, Lda.

Avenida 13 de Maio, 23 — Sala 414

R. 15 de Novembro, 200, 15.º

Edifício Darke—RIO DE JANEIRO

Sala 4 — SÃO PAULO

com os seguintes editores espanhóis:

EDITORIAL BOSCH, EDITORIAL CIENTIFICO-MÉDICA, EDITORIAL DOSSAT,  
EDITORIAL ESPASA CALPE, EDITORIAL GUSTAVO GILI S. A., EDITORIAL  
MANUEL MARIN, EDITORIAL REVISTA OCIDENTE

## ESPAÑA

### Editorial Científico-Médica

Telefone 24206

JUNQUERAS, 8

BARCELONA

### Livraria Científico Médica-Espanhola, Lda.

Atocha 115

GRAN-VIA, 60

Moncloa 3

MADRID

# EM PROL DA CULTURA

A Assembleia Nacional ainda não teve tempo de tratar do problema da Cultura em geral, assoberbada com tantos e tantos outros assuntos que tinham já sua vez marcada. Isso não impede que continuemos a juntar achegas para o seu esclarecimento. Pelo contrário, devemos insistir e insistiremos.

---

A crise do livro não mostra tendências para debelar-se. As imprudências de certos Editores durante a guerra estragaram o gosto dos leitores e tornaram-no depois desconfiado sobre as últimas edições. Em seguida, um atrabiliário regime de *normalização* do papel veio embaraçar profundamente a maioria das fábricas, os armazenistas e os consumidores. O golpe foi decisivo. Desde Outubro de 1948, a produção cultural diminui, afrouxa, dificulta-se dia a dia. Esperamos ansiosamente que se volte à situação anterior e se deixe a fabricantes e consumidores a resolução dos interesses comuns.

Anuncia-se para daqui a 2 ou 3 anos a laboração duma grande fábrica que produzirá todo o papel necessário. Não há Português patriota que deixe de regozijar-se com o facto. O que também nenhum deixará de estranhar é que para o bom êxito dessa futura fábrica fosse necessário decretar em 1948 e 1949 as inacreditáveis restrições e os fortes aumentos de preços, que tanto vieram perturbar a indústria do livro, ou seja a expansão da Cultura.

Alguns jovens, cheios de ingénua idealismo, supõem que a crise de leitura se resolveria com jornais literários. Mas como se podem sustentar jornais literários nas actuais condições de papel e de falta de leitores, se as próprias revistas com alguns anos de existência vivem com as maiores dificuldades e na iminência de suspenderem de mês para mês?

O problema está posto e só pode começar a resolver-se conforme já foi indicado: Instituto Nacional do Livro, aumento de Bibliotecas com verbas para aquisição de livros, diminuição de impostos e do preço do papel, etc., etc.

Os jornais, quando dispuserem de mais papel, poderão igualmente facilitar a difusão da Cultura mantendo largas secções literárias e substituindo com vantagem em português vernáculo o que está a ser espalhado em má linguagem e ortografia ilegal por uma publicação estrangeira de nome *Seleções*.

---

Na sua notabilíssima conferência a respeito do Corporativismo português, o eminente Professor Marcelo Caetano marcou nitidamente o valor da Cultura na execução do espírito corporativo. A doutrina está certa e é, sem dúvida, a que convém ao prossegui-



mento heróico da reconstrução nacional. Apenas tem havido falhas por não existir em muitos dirigentes ou executores da fórmula orgânica a verdadeira compreensão do espírito corporativo. Em ramo algum da vida dos povos, económico, financeiro ou social, se pode vencer com improvisações. Há necessidade sempre de estudar e saber. Nunca pode dispensar-se a Cultura.

---

O Desporto empolga as multidões. Nos campos, nas conversas diárias, na Imprensa privativa, na rádio — conquista dia a dia novas posições. Já toma aspectos de mística, já se reclamam fitas completas de desporto, novos estádios, mais prerrogativas. E embora se tenha perdido a primitiva nobreza dos Clubes, onde não era possível a transferência, aluguer ou venda de jogadores, o Desporto pode tornar-se ainda um grande agente da Cultura. O preciso é que a respectiva Direcção Geral estude formas práticas de introduzir nos Clubes o gosto da leitura, das revistas e dos livros, como já há o dos jornais desportivos, e que alguns Autores ou realizadores de Cinema procurem assuntos para novelas ou fitas nas várias modalidades do Desporto.

---

Não sabemos porquê, perderam-se dois hábitos que, além de particularmente gratos à vida e história da Nação, tinham elevado sentido cultural: — a Festa da Árvore e as prelecções camonianas em todas as escolas secundárias no dia 10 de Junho.

Numa época de arboricidas e de tanta diluição patriótica, consideramos de necessidade urgente a restauração da Festa da Árvore e as prelecções camonianas, não só nas Escolas, como nos Regimentos e Navios de Portugal. O culto da árvore é o melhor símbolo do verdadeiro amor pela terra; o culto camoniano é a mais alta prova da devoção cívica que deve encher de orgulho todos os Portugueses.

---

Foram tomadas contra revistas infantis estrangeiras justíssimas medidas de defesa e de profilaxia social. Em todos os Países se luta hoje contra a péssima influência que exercem na criança essas revistas de pessoas insensatas, dominadas apenas pela febre do lucro e da ostentação. Mas não se vejam apenas os argueiros e os ramos nos olhos dos outros. Olhe-se igualmente e muito a sério para o que nos vai por casa em matéria de jornais infantis e de fitas de aventuras policiaes. Tudo é Cultura.

---

Há também que remodelar profundamente os serviços da Emissora Nacional, depurando-a de fados, guitarradas e tantas outras exhibições ridículas ou deseducativas que desmoralizam um Organis-

mo oficial e chegam a enxovalhar os bons programas que ali se emitem. Não se quer, evidentemente, uma estação sorumbática e mazomba que só pregue moral, sabedoria e Sinfonias de Beethoven. Mas o recreio a distribuir deve ser sempre elevado, distinto e meticulosamente escolhido. Para pagodeiras de baixo nível, estrangeiradas sem nexos e outros atentados contra o bom gosto e o vernáculo — há outras e várias estações.

---

O '*Diário de Lisboa*' de 14 de Março, publicou este novo «Eco», em que mais uma vez se apoia a campanha de '*Ocidente*':

«Escreve-nos um «Velho Amigo do Povo» que, depois de se espriar em considerações vagas e inertes, conclui assim uma longa carta:

— «Embora muito se tenha feito em benefício da instrução popular, a obra tem de intensificar-se, em ritmo acelerado. Não compreendemos que haja ainda analfabetos num país como o nosso, com todos os requisitos para brilhar entre os civilizados».

Estamos de acordo. Os povos incultos, indiferentes aos progressos da educação, reduzem-se a uma situação subalterna. Toda a existência histórica de Portugal revela inteligência e espírito. As gerações passadas não descuraram este grave capítulo da sua formação.

Reputamos digna de aplauso e estima a iniciativa da revista '*Ocidente*', que continua na sua campanha, a favor da Cultura nacional.

Antigamente, o primeiro papel cabia às «élites», pois eram elas quem dirigia e governava.

Agora que se atribuem ao povo direitos e obrigações da maior responsabilidade, a ignorância deve ser combatida como o mais negro dos pecados. A escola não é um luxo, nem um passatempo, visto corresponder a uma aspiração individual e colectiva. Retiremos-lhe quanto de mistificante uma certa retórica glosou para a impor à nossa consideração. Sejam positivos e claros: a escola, cingindo-se ao esforço cultural que nela começa, lança as bases do que se conserva de pé, através dos séculos — a Civilização e a Liberdade.»

---

No Ultramar, cuida-se com interessante desvelo o problema essencial para a consciente existência dos Povos — a Cultura. Leia-se o que adiante transcrevemos do n.º 59 de '*Moçambique*', documentário trimestral, de Lourenço Marques:

«O terceiro trimestre de 1949 foi assinalado por um interessante movimento cultural, tanto mais significativo quanto é certo que resultou da acção de organismos culturais da Colónia.

O Fundo Especial de Divulgação e Cultura Musical, criado junto ao Núcleo de Arte, entrou em empenhada actividade, promovendo dois recitais de canto, com Erna Sack e o barítono Heinrich Schlusnus, e dois recitais de piano com o Sul-africano John Aronowitz e o Belga Tristan Risselin.

A Colónia recebeu, ainda, a visita do violinista francês Robert Soëtens, que deu concertos em Lourenço Marques, Beira, Moçambique e Nampula.

Em música, registou-se ainda um recital, por duas pianistas de Lourenço Marques, de obras do compositor português Hernani Torres.

O Núcleo de Arte promoveu a primeira exposição geral de artes plásticas, a qual reuniu duzentas e quarenta e três obras de autores residentes na Colónia.

Em Lourenço Marques houve, ainda, uma exposição de contemporâneos italianos, compreendendo cento e quarenta e oito obras de pintura, desenho, gravura e escultura.

A secção britânica do Núcleo de Arte iniciou a sua acção, nos domínios do teatro.

Entre uma longa série de conferências culturais, promovidas pela Sociedade de Estudos (designadamente, a celebração do centenário de Goethe) e outras entidades, é de registar a do professor universitário de Lisboa, Dr. Hernani Cidade, que, de passagem em Lourenço Marques, dissertou sobre poetas portugueses modernos.

Finalmente, Lourenço Marques e a Beira receberam a visita do Orfeão Académico de Coimbra, memorável acontecimento não só no aspecto cultural mas também no domínio da comunhão espiritual da Metrópole e Moçambique».

De Washington chega esta notícia, que bem representa o afã com que os Estados Unidos procuram prestigiar a Cultura.

Dezenas de operários trabalham activamente nas caves da «Swithsonian Institution» a fim de intensificarem a remessa de publicações para a Europa, em serviço de permutas.

A expedição consta de mais de 450.000 pacotes de livros por ano, editados por várias organizações culturais educativas e científicas.

Por sua vez, o Instituto Nacional do Livro do Rio de Janeiro continua a sua distribuição de muitas dezenas de milhares de obras pelas numerosas Bibliotecas espalhadas por todo o Brasil.

## OBRAS de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos

EDIÇÕES DE «OCIDENTE» E DA «REVISTA DE PORTUGAL»

«NOTAS VICENTINAS» — Tomo I — *Gil Vicente em Bruxelas*; Tomo II — *A Rainha Velha e o Monólogo do Vaqueiro* — Romance à morte del-Rei D. Manuel e à aclamação de D. João III. Tomos III/VII — *Cultura Intelectual e Nobreza Literária*. Tomo VIII — *Autos Portugueses de Gil Vicente e da Escola Vicentina*.

Tomo IX — *Frontispício, Índices e Capa*.

O volume completo com 664 páginas e 22 facsímiles — 150\$00;  
edição especial numerada de 1 a 100 — 180\$00

«LIÇÕES DE FILOLOGIA» — 1 volume de 432 páginas — 80\$00

# JOAQUIM DE VASCONCELOS

## E A ESCOLA DE BELAS-ARTES DO PORTO

Por JOAQUIM LOPES

No alvorecer do presente Século, a vida no nosso País foi particularmente agitada. Desde as Universidades e demais escolas até às classes operárias era um viver constante de anseios. Nestas, a par das chamadas reivindicações sociais, existia a preocupação da Cultura, que por várias formas procuravam adquirir.

A então Academia Portuense de Belas-Artes assistia a um nítido crescendo da sua população. Legitimamente aspiravam os Intelectuais e Artistas do Norte ao nivelamento de categoria das duas Escolas de Lisboa e Porto. Professores e alunos, consideravam insuficientes as matérias e exíguo o conjunto de disciplinas — que não ia além do desenho, pintura, escultura, architectura e... um hipotético ensino de anatomia e perspectiva.

O Conselho procurava de algum modo, alargar o quadro e desenvolver o ensino. Para isso propunha novos e categorizados professores seleccionados no meio artístico portuense. Entre eles destacou-se a figura notável, inconfundível de Joaquim de Vasconcelos.

Com o advento da República mais se intensificaram os referidos anseios e mais possibilidades encontraram professores e alunos de verem realizado um antigo e legítimo sonho. Tanto bastou para que em 1911 o Dr. António José de Almeida, Ministro da Instrução do Governo Provisório, na sua primeira e única visita à nossa Academia, ouvisse com atenção alunos e corpo docente que na aula de Pintura lhe solicitaram uma vez mais a elevação do ensino artístico de modo a que a sua organização fosse a mesma no País. Efectivamente, se essa tão desejada e legalíssima aspiração não chegou a realizar-se de forma imediata, permitiu pelo menos que, dentro de alguns anos, a velha Academia se transformasse, sendo o seu quadro ampliado com proveitosas e necessárias disciplinas.

Joaquim de Vasconcelos vinha desde longe conquistando as honras de primeiro a ser eleito professor de História da Arte da nossa Escola. Por todos os motivos ele era o único a não temer opposição capaz e a verdadeiramente impor-se ante a opinião crítica dos mais exigentes e sabedores. A vasta e honestíssima obra que desde os vinte anos apaixonadamente vinha realizando tinha-lhe granjeado a justa categoria de Mestre de mestres. Na realidade assim era considerado, não sendo poucas as vezes que daquela maneira ouvi referirem-se-lhe alguns dos nossos mais ilustres Historiadores de Arte, principalmente José de Figueiredo, Aarão de Lacerda e Virgílio Correia. O próprio Ramalho Ortigão, justamente

sóbrio em elogios, sempre que se lhe dirigia era assim que o tratava. É que o autor eminente de '*A Arte Românica em Portugal*', de braço dado com Marques Abreu, após uma vida de intensa actividade, levava a efeito um trabalho tão vasto e completo que ainda hoje não receia confronto. Ele é, sem dúvida, a raiz de tudo quanto depois veio a fazer-se.

Por impulso próprio, Marques Abreu, apaixonando-se e vivendo intimamente o labor admirável de tão abnegado pioneiro, não hesitou em acompanhar o Mestre e lançar-se na tarefa mais digna e meritória que no género ainda em Portugal existiu. Essa intimidade e maior interesse pelos assuntos de Arte e Arqueologia não demorou em tornar-se extensiva à nossa Academia em cujos professores Joaquim de Vasconcelos encontrou verdadeiros amigos e sinceros admiradores. Ainda desse convívio resultou a mais proveitosa comunhão de pensamentos e benéfica expansão artística.

O egrégio historiador, trabalhando infatigavelmente, percorria os pontos mais distantes de Portugal no superior intuito de estudar os nossos monumentos medievais, e sua acção admirável não tardou a celebrar-se dentro e fora do País.

As excepcionais inquietações de Joaquim de Vasconcelos pelos assuntos de Arte nasceram e robusteceram-se na sua mocidade para, através da vida, que foi longa e de intenso batalhar, cada vez mais se desenvolverem. A sua obra magnífica atinge os mais variados aspectos, não sendo difícil, compulsando-a, obter-se a grata certeza de no mesmo estudioso coexistirem o investigador consciente e o crítico de rápida e sólida visão.

Com Soares dos Reis, Marques de Oliveira, António José da Costa e Manuel Maria Rodrigues ajudou Joaquim de Vasconcelos a criar o «Centro Artístico Portuense», que durante cerca de dois anos manteve uma revista: '*Arte Portuguesa*', que pode, sem favor, considerar-se um instrumento cultural dos mais belos e representativos de uma época. Essa ligação com Artistas manteve-a o Mestre até os últimos dias da sua nobilíssima existência.

Também Marques de Abreu, o seu mais devotado amigo, procurando fervorosamente continuar os benéficos e artísticos impulsos já em seu redor verificados e confiando em absoluto na acção do Historiador e crítico admirável de '*A Arte Românica em Portugal*', não só o acompanhava por toda a parte, mas ainda se fez, ele próprio, gravador, tipógrafo e editor! Daí o aparecimento de algumas excelentes revistas e outras obras de nítida feição artística, já hoje consideradas espécies raras.

Tão intenso labor, dirigido por um dos mais privilegiados cérebros que serviram os estudos artísticos do nosso País havia de algum dia, ainda que tardiamente, ser compreendido e respeitado. Levou tempo a chegar essa compreensão, como atrasado chegou o convite para a regência da cadeira de História da Arte a criar na nossa Academia.

Foi tão expressivo o devotado sentimento que o Mestre pôs na criação da referida cadeira que, antes de oficialmente nomeado e

sem a mínima remuneração, iniciou as lições no próprio Museu que mais tarde havia de chamar-se de «Soares dos Reis». Infelizmente, com mágoa o digo, não souberam os alunos de então compreender nem respeitar o saber e abnegação daquele que na sua frente se colocava para lhes ofertar, em lições magníficas, conhecimentos que mais estruturalmente iriam completar a sua preparação artística. E foi tão vergonhosa, tão aviltante e inferior a atitude tomada pelos deploráveis candidatos a Artistas (nenhum o chegou a ser...) que Joaquim de Vasconcelos terminou por abandonar as lições que de maneira tão confiante e honesta pouco antes havia iniciado.

Com o Museu Etnográfico que nesta cidade criou também o insigne Historiador não foi mais feliz! Foi ainda a incompreensão — para outro termo não empregar — a lamentavelmente contribuir para que as centenas, talvez milhares, de peças reunidas pelo ilustre etnólogo, devido a imperdoável negligência daqueles a quem por elas competia velar, desaparecessem por completo! Porém, os tempos e os caracteres mudaram; e o que há trinta ou quarenta anos aconteceu com Joaquim de Vasconcelos certamente hoje não seria possível. A educação pode não ter-se modificado muito, mas a compreensão e o respeito pelos assuntos de Arte é que julgo terem dado um bom passo em frente.

Aproveitando o centenário do nascimento daquele que foi o seu primeiro Professor de História da Arte, a Escola de Belas-Artes do Porto de forma alguma podia deixar de unir o seu preito às homenagens póstumas no País levadas a efeito. Para isso, em sessão extraordinária foi resolvido efectuar-se na própria Escola uma conferência de que justamente foi incumbido o professor da referida cadeira, Dr. Armando de Matos, o qual, ante numeroso e seleccionado público, dissertou sobre: «Joaquim de Vasconcelos e o Românico em Portugal».

Com efeito, interessantes peças literárias foram lidas e publicadas durante o período das comemorações; porém dois aspectos julgo terem faltado a completar tão legítimo preito: a reedição completa das obras do Mestre preclaro da crítica de Arte portuguesa, algumas delas há muito esgotadas, e o levantamento duma pequenina memória num dos jardins da capital nortenha. Para os trabalhos da citada reedição ninguém mais justamente indicado que o seu leal e distinto amigo Marques Abreu; para a feitura do monumento designar-se-ia a Câmara Municipal do Porto com a colaboração dos Artistas e literatos portugueses.

---

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

*Ordem de Serviço de 20 de Novembro de 1944*

*Recomendo que nos documentos a expedir por este Ministério os diversos Institutos e Serviços sejam designados por extenso, preterindo-se o confuso e inexpressivo sistema das iniciais. No «Diário do Governo» nenhum diploma será publicado com aquela forma de abreviação. — CAEIRO DA MATA.*

---

# LÁGRIMAS

Vem um marulho vago na distância  
desta voz de longe,  
que é o pregão oceânico das vagas.

Vem nele o verde cru das ondas revoltas,  
o azul cobalto das ondas adormecidas  
nos dias de sol,  
o branco rendilhado da espuma  
sobre a areia escura  
ou escorrendo  
do dorso negro dos rochedos.

Vem nele, nessa voz imensa e estranha,  
voz sem igual,  
todo o mistério do longe:  
uivar de pragas sinistras,  
choro dos que ficam,  
pranto dos que se vão,  
dos que a água levou e nunca mais trouxe,  
dos que se cansaram de esperar,  
dos que a bruma perdeu no sorvedoiro das ondas.

Vem nele o grito das gaivotas  
na serenidade extática da tarde  
e a algazarra das aves marinhas,  
quando o nevoeiro pincela tudo  
no mesmo tom baço de tristeza,  
neste ar que cheira sempre a salgado  
e sabe sempre a maresia.

E tudo isto anda no mistério das tuas lágrimas,  
no travor salgado das tuas lágrimas silenciosas...

# SONETO

Andei!... Andei por vias sinuosas,  
Por caminhos aspérrimos e fundos...  
Olha os meus pés chagados e imundos  
E as minhas mãos imundas e calosas.

E assim errei em noites tenebrosas  
Ao sabor dos meus passos vagabundos...  
Mas foram os meus dias infecundos  
E estéreis minhas noites dolorosas.

Tudo perdi, eu sei, para encontrar-te!  
A bruma dos meus olhos não te via,  
Debalde te busquei por toda a parte,

No meu passado doloroso e incerto...  
Estavas a meu lado e não te ouvia,  
Julgava-te distante e estavas perto.

*Ilha de S. Miguel dos Açores.*

ARMANDO CÔRTEZ-RODRIGUES

---

## LIVROS SOBRE EÇA DE QUEIRÓS

«À JANELA DE TORMES» — Pelo **PROF. VIEIRA DE ALMEIDA**  
— 1 volume de 224 páginas, com 8 ilustrações — 20\$00;  
edição especial — 30\$00.

«EÇA DE QUEIRÓS E OS SEUS ÚLTIMOS VALORES» — Pelo  
**PROF. FELICIANO RAMOS** — 1 volume de 248 páginas,  
com 20 ilustrações — 25\$00; edição especial — 40\$00.

EDIÇÕES DA REVISTA 'OCIDENTE'

---



## SOB A INVOCAÇÃO DE CLIO

*Crónica de* RODRIGUES CAVALHEIRO

MONIZ BARRETO  
E A SALVAÇÃO  
PÚBLICA

Percorrendo as páginas conhecidas de Moniz Barreto, não será difícil descortinar — ainda antes da famosa '*Carta a El-Rei de Portugal*', de que nos vamos ocupar — algumas ideias que, passado mais dum quarto de século, enformariam a nossa mentalidade mais representativa. Assim, apreciando em '*O Reporter*', no ano de 1888, o '*Coriolano*', de Shakespeare, o ilustre crítico não esconde as altas lições políticas que dessa tragédia se podem tirar. E a certa altura, perante a cena da revolta popular em face da crise económica, Moniz Barreto não hesita em escrever: — «Torna-se patente a curteza da inteligência das maiorias, a ruindade das suas fontes de informação, a precipitação temerária das suas ilações. E tais são nas conclusões, tais nos métodos. Pulam como loucos à menor contradição, não ouvem as objecções, não seguem os argumentos. Quando Menénio Agripa lhes conta o apólogo famoso do estômago e dos membros rebeldes, os plebeus não o deixam concluir gritando furiosamente pela conclusão. A menor objecção enche-os de cólera. Por isso é preciso levá-los como aos doidos, concordando com eles. Contanto que pareçam dirigir, deixar-se-ão conduzir para toda a parte. É conhecida aquela cena incomparável da *Morte de César* em que a plebe entusiasmada aclama os conspiradores e quer fazer de Bruto um novo César, e instantes depois, quando António pronuncia o seu discurso que começa por declarar Bruto um homem honesto, e termina pela leitura do testamento de César, corre furiosa a incendiar a casa dos assassinos. Ninguém viu como Shakespeare no espírito das massas, ninguém pintou como ele os seus sustos, as suas cóleras, as suas teimas e os seus caprichos, a incoerência dos seus desejos e das suas ideias, as suas desconfianças sem fundamento e a sua credulidade incurável, a facilidade com que são irritados ou satisfeitos».

Com tão grande Mestre sempre ao alcance da mão, não admira nada que Moniz Barreto nunca pudesse ser um democrata, adorador submisso (mas quase sempre hipócrita...) das multidões. E não esqueçamos também a apologia que ele faz, na '*Revista de Portugal*', em 1890, do '*Discípulo*', de Bourget, — romance que marcaria, no dizer de Taine, uma nova época nas ideias do Século XIX

e que tanto influiria na mentalidade da geração contra-revolucionária portuguesa de 1914.

Mas falemos da 'Carta' a D. Carlos I. Foi ela escrita em plena crise política, económica e moral resultante do *ultimatum* inglês de 1890 e revolta republicana de 1891. Depois de traçar um quadro geral da situação desgraçada a que o País chegara, Moniz Barreto exorta o Soberano a não abandonar o Trono e — pelo contrário — a manter-se firme na ponte de comando que lhe compete. E escreve: — «A dignidade real não é coisa que se receba como um presente e que se sacuda como um fardo importuno. A púrpura é a pele dos Príncipes. Para despi-la teriam eles de dilacerar o seu ser e descobrir a nudez da sua vergonha. Não o podem fazer sem infâmia e dor. Os que renunciaram a ela de coração pronto, nunca foram Reis na alma, ou tinham deixado de sê-lo, exautorados pela sensualidade ou o medo. Não, abdicar não é lícito. Quem nasceu Rei, Rei tem de acabar. O trono empala». Que som singular têm hoje estas palavras, dirigidas como foram a um Monarca que soube ser Rei até ao fim, e pela Realeza sacrificou, heróicamente, a própria vida!

E Moniz Barreto prossegue: — «Mas ficando, como ficareis? Dois caminhos se abrem diante dum Rei moderno: um é a estrada tantas vezes trilhada pelos pés da indolência e do egoísmo míope; outra a régia estrada das provações voluntárias e como diz o Poeta *caminho da virtude alto e fragoso*. Sob o pretexto de legalidade, de respeito à Constituição jurada, tem-se mais duma vez visto Monarcas abdicarem de facto das atribuições do poder supremo, inerentes à sua eminente dignidade senão as que se traduzem pelas satisfações do interesse material e da vaidade. O critério interessado dos caudilhos de corrilhos poderá louvá-los como bons monarcas constitucionais: porém, jamais Rei com alma de Rei aceitará tal papel. O gosto do poder pessoal pode ser no Príncipe uma solicitação do orgulho e da concupiscência, mas é também muita vez um sinal de grandeza de alma. Quando uma Nação tem caído pelo impulso de antecedentes acumulados na decadência extrema, quando os grandes corpos constituídos que devem ser os guias da sua inteligência e os órgãos da sua vontade, se desagregam no choque das intrigas e se transformam em corrilhos de interesses, quando na anarquia belicosa das paixões egoístas o pobre é a presa e a cousa do forte sem escrúpulos, então reaparece aquela velha necessidade que no caos dos tempos criadores fez da Força o instrumento da Ordem e encarnou num homem o gosto da rectidão».

Não se pode expor melhor a teoria da Salvação Pública, que o Monarca tem o dever de executar nos momentos em que a Pátria está em perigo. Perante o descalabro nacional, com as instituições liberais desfeitas e os partidos políticos divorciados do Povo, Moniz Barreto aconselhava a D. Carlos o único caminho que levaria a porto de salvamento — aquele por que se enveredaria em 1907 e que terminaria no ressurgimento pátrio se os bandos partidários — monárquicos e republicanos — se não tivessem conluiado para a espera trágica e cobarde do Terreiro do Paço.

Proseguindo, Moniz Barreto insiste na apologia do poder pessoal dos Soberanos, incitando D. Carlos, então recém-aclamado, a intervir com energia na política nacional. E diz: — «Duas espécies há de Reis, os do Direito divino e os da vontade popular, ou Césares. A História distingue-os, a Filosofia proclama a identidade das suas naturezas. Porque num como noutro caso é na vontade colectiva que reside a origem da Autoridade, no bom uso a fonte do Direito. Aclamando ou consentindo, a vontade humana criou os Reis como criou os Deuses. Dentro da consciência receberam eles o ser e dentro dela seguiram vivendo. O manto real é como a farda e a beca um trapo. Mas este trapo é um símbolo. O símbolo dum pacto, e como a estola dum casamento em que uma Nação e um homem combinaram viver unidos, e unidos procriarem a Justiça».

Segue-se uma larga digressão pela História, evocando-se, muitas vezes através das ideias falsas do Século XIX, os erros e as faltas de certos Soberanos. Assim, D. João VI é ainda tratado como cobarde, segundo a moda do tempo. E a apologia que Moniz Barreto nos faz de Napoleão mostra bem como era imprecisa a sua noção da verdadeira Realeza, e como, adversário do sufrágio universal, segundo já vimos, ele aceita a Monarquia plebiscitária que os Bonaparte introduziram na época contemporânea. E confundindo o poder paternal da nossa antiga Monarquia com o cesarismo democrático saído do Brumário, Moniz Barreto afirma, referindo-se a Napoleão: — «É por isso que nós homens novos não concebemos Rei que se não pareça com ele. É por isso que as palavras que ousou levar à presença de Vossa Majestade não são uma exortação ao respeito de bastardas praxes, mas uma solicitação de grandeza de alma. Sim, é preciso que o Rei moderno ganhe o trono que herdou. A legitimidade passou a ser um salário. E se o poder absoluto não pode ser de maneira alguma a lei das Monarquias de hoje, a redução do Príncipe ao papel de referendário das oscilações caprichosas das oligarquias que se dão como representando a Nação, é a negação da dignidade real e mesmo um contrasenso. Pois de que serviria dar a um homem o nome de Rei, tão grandes aparências do culto externo do poder, tão grandes realidades de cabedal e amor próprio, e a promessa de continuação nos filhos do seu sangue, se ele não fosse mais que um carimbo de actos alheios? O Principado seria uma burla e um pleonasma caro».

Tinha inteira razão Moniz Barreto. E é por aqui — pela sua clara visão do embuste da Democracia coroada — que ele deve ser tomado, na verdade, como um verdadeiro precursor dos nacionalistas portugueses. Se, como Oliveira Martins e, mais tarde, os doutrinários da '*Nação Portuguesa*', ele tivesse da nossa tradição monárquica uma noção concreta, escusava de apelar para o figurino cesarista ou napoleónico, limitando-se a aconselhar o Rei a restaurar a verdadeira Realeza nacional, — orgânica, municipalista e temperada, apesar do poder pessoal dos Soberanos.

«Seja Vossa Majestade um Rei forte e bom, — acrescenta Moniz Barreto — não só porque é vosso dever, mas ainda porque é do vosso interesse». E assim o eminente crítico — antes de o haver

formulado o autor da *'Enquête sur la Monarchie'* — lança um dos mais sólidos argumentos a favor da superioridade teórica e prática da Realeza. E continua: — «Governai com acerto para que vos mantenhais em Rei, para que a Rainha vossa esposa continue a ser Rainha, para que vosso filho venha a reinar um dia, para que não arrasteis por terras estrangeiras os farrapos dourados dos Monarcas sem trono, para que alguém ao ver-vos passar não repita as palavras do Imperador: *C'est un sot personnage qu'un Roi exilé et vagabond*. Ressalvai os vossos direitos pelo processo mais seguro, pròpriamente pelo único exequível: usando deles para o bem de todos. Fazei isto com tenacidade e ânsia, como quem se desempenha dum ponto de honra. Excluí do vosso programa as contingências da resignação. Rechaçai para longe a infâmia do martírio».

Que longas dissertações mereciam estes períodos de Moniz Barreto! Como, em cada linha, o futuro — o trágico futuro reservado a D. Carlos e aos seus — desponta na sua realidade dramática, desde o duplo assassinio do Terreiro do Paço ao triste exílio, sempre suspiroso de Portugal, de Twinckenham e de Versailles! «Rechaçai para longe a infâmia do martírio!» Não o pôde fazer o grande Rei, porque os políticos — monárquicos e republicanos, insista-se — o obrigaram a sofrer a afrontosa provação. Mas o que para Moniz Barreto era uma infâmia — é hoje para todos os bons portugueses uma auréola de patriotismo, que avoluma ao máximo a figura do glorioso sacrificado que foi D. Carlos I.

...Mas a *'Carta a El-Rei de Portugal sobre a situação do País e seus remédios'* tem ainda mais algumas páginas que merecem também ser postas em relevo. São aquelas em que Moniz Barreto indica o papel que ao Exército deve caber como ponto de apoio na tarefa de Salvação Pública que incumbia ao Rei iniciar quanto antes. Em breve lhes dedicaremos a atenção a que têm direito, como expressão profética de muito do que viria a suceder neste País.

## OBRAS DE EZEQUIEL DE CAMPOS

*editadas pela revista 'OCIDENTE'*

'O ENQUADRAMENTO GEO-ECONÓMICO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA' — 1 volume de 312 páginas com numerosos mapas e gráficos (2. <sup>a</sup> edição) .....	50\$00
'PROBLEMAS FUNDAMENTAIS PORTUGUESES' — 1 volume de 232 páginas, com bastantes mapas e gráficos .....	30\$00

*Não se consentem grafias duplas ou facultativas. Cada palavra da Língua Portuguesa terá uma grafia única. Não se consideram grafias duplas as variantes fonéticas e morfológicas de uma mesma palavra.*

*(Do Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro de 10 de Agosto de 1945).*



## NOTAS DE ARTE

Por **DIOGO DE MACEDO**

**A ESCULTURA DE MAFRA** Povos ciosos de liberdades, como o nosso, em todas as manifestações de espírito proclamam o direito de crítica, que muitas vezes pela levianidade revela propósito de contradizer e maldizer. É sabido e confessado o defeito desta desordem intelectual em povos exuberantes de opinião e, por conseguinte, de crítica apaixonada e impulsiva. Uma espécie de romantismo contagiado por orgulhos de palavrosos ditames descuidados na educação, auto-louvando-se assim a rudeza de «pão, pão, queijo, queijo» na linguagem, tem ocasionado, mesmo em homens de alta categoria moral e intelectual, afirmações injustas, que, pela retumbância dos efeitos, caem no goto do público, e, de aplaudidas, fazem escola na fraqueza inculta do vulgo.

A crítica correntia, acessível ao entendimento dos mal preparados e agradável pelo chiste das frases ou impressionável pela sonoridade das palavras, provocou entre nós, até determinada altura de tempo, uma errada opinião sobre a nossa Arte, que a pouco e pouco, e com enorme custo de dialéctica e provas, se vai modificando, corrigindo e justificando. Como que uma reabilitação por seleções prudentes e análises conscienciosas se tem operado. Seria fastidioso demonstrar quanto é do conhecimento de quem se ocupa de Cultura e de Arte em Portugal. A nossa Pintura, a nossa Escultura, as nossas Artes decorativas ou complementares, collocando-se destas em primeira plana a ourivesaria, a talha e o azulejo, estão hoje valorizadas no lugar que lhes compete na História Universal. Período de *Redescobrimento* tem sido este, mesmo com revoluções e pugnas políticas, com guerras e angústias várias no clima social, de condenável materialismo. À Architectura chegará também a sua vez, quando passar a febre das modas baseadas num sentido prático e científico, muito de considerar dentro das exigências primaciais dos engenhos, e quando repararmos, com calma e sem influências de interesses de qualquer ordem, naquilo que no nosso solo se firmou com gosto e honra, salvo se já for tarde por causas impostas por turismos, trânsitos e modernizações duma Civilização desrespeitosa das anteriores, que em febre de «bota abaixo» estão demolindo muito do que de nobre a tradição nos legou. A tarefa oficial do restauro dos Monumentos Nacionais é quase a única de impedimento dessa calamidade de ventos maus

de destruição e banalização que consomem e arrasam os documentos respeitabilíssimos dos séculos passados.

Mas, graças a Deus, nem tudo é vandalismo e desatino! Ainda agora um modesto moço, Pintor por destino e Conservador dos Palácios Nacionais por obrigação do funcionalismo, Aires de Carvalho, que em Mafra vive recluso e deslumbrado, examinando, estudando, mexendo em Arquivos e amando a Arte até agora nunca suficientemente louvada, daquele majestoso Monumento, acaba de nos dar um volume documentado com cerca de centena e meia de gravuras, no qual redescobriu a maravilhosa *Escultura de Mafra*, de Italianos e de Portugueses, que foi a predominante Escola do restante da nossa Escultura no Século XVIII, no sul do País, quer na Estatuária dos Templos, quer nos Presépios e nas decorações de Palácios. Louvor seja erguido a esse cuidadoso Artista, que nos denuncia quanto aprendeu em identificações, cotejou com as obras dos mesmos Mestres noutros lugares e, em estampas tão eloquentes, mostra aos turistas daquele magnífico relicário aquilo que eles não viam nem admiravam convenientemente.

Este volume é o diploma mais disciplinar dum Conservador amigo do seu Monumento, que foi agora pesquisado com paixão, desde o chão ao cimo dos terraços, e foi sentido em todas as luzes, pelo eleito para o defender e exaltar. A exemplo do celebrado guardião da Catedral de Chartres, com semelhante paciência e virtude, o Conservador de Mafra fotografou, mediu, comparou, trepou a andaimes e lanternas, invadiu os nichos e altares, procurou provas e coscovilhou crónicas, para nos dar, em achegas úteis, inéditas elucidacões sobre a muita estatuária barroca que povoa o Templo, lhe reveste a fachada e se conserva no seu privado Museu, desde José Queirós a Silva Lopes organizado e patente a curiosos.

Há dois anos que o autor deste volume nos revelou o texto dum outro muito mais circunstanciado, que, porventura, topará editor para o apresentar em público e com mais ampla documentação de estampas, desde os desenhos de Juvara, do Museu Cívico de Turim, aos modelos em barro das imagens ali expostas, alguns dispersos pelo Museu de Arte Antiga, pela Escola de Belas-Artes de Lisboa, e mesmo em casas particulares de Mafra e da Ericeira. Só então poderá ser identificado o labor original e de colaboração do nosso potentíssimo modelador de retábulos, estátuas e figurinhas de Presépio, que foi Machado de Castro, o qual naquela Escola prática trabalhou durante catorze anos, deixando a obra do seu génio em anónima e sacrificada produção oficial. Quanto à colaboração de José de Almeida, Manuel Dias, Laborão, João José de Aguiar e Brás Toscano, já de alguma este volume nos conta; da outra será mais difícil, porque foi de executantes no mármore dos modelos delineados pelos Mestres, particularmente Giusti, que como antigo Pintor os desenhava e esquiçava, e Machado de Castro, que propositadamente ali estava para os traduzir no barro, nas dimensões maiores e de comum acordo os ampliou. Esta nova tarefa compete tanto aos técnicos como aos críticos.

Na verdade a «Escola de Mafra» dividiu-se em dois campos:

o da colecção de belos exemplos para colheita de lições e estímulos, que se compunha de estátuas de Mestres consagrados, vindas prontas de Itália, depois de julgadas pelos estudos enviados anteriormente; e a pròpriamente prática e officinal, com mestres, officiais e aprendizes, ou sejam os ajudantes em exercício, na sua maioria portugueses, que realizaram dentro do Mosteiro a obra mais moderna e mais homogénea no estilo.

Não nos faltam hoje os ânimos e competências para falar com mais calma e imparcial crítica dessa portentosa História gravada na pedra daquele Monumento, que Aires de Carvalho evoca com tão simpática e sincera adoração. É tempo, pois, de findarmos com a má compreensão, devida a famas de responsáveis, mas mal dispostas origens, a propósito dum dos mais majestosos, nobres e ricamente recheados Museus de Arte, que temos em Portugal.

ROMANTISMO Dantes, quando adregavam os queixumes  
A BEM DA NAÇÃO contra as más instalações do Museu de  
Arte Contemporânea, havia sempre alguém  
que opinava em transferí-lo para um Palácio qualquer, como os  
que se têm aproveitado para grémios, vindo em quase obcecação  
de escolha a proposta da sua instalação no Palácio Foz. Roman-  
tismos!... A sugestão da cura era tão precária e condenável como  
a moléstia. Confundiam-se pompas e aparatos com necessidades  
especialíssimas. Certas colecções reclamam ambientes de Palácios,  
como um Museu Romântico ou um Museu de Artes Decorativas,  
de espécies históricas, delicadas e íntimas. Na Ajuda ou em Que-  
luz esses casos estão demonstrados. O nosso sonho, porém, tinha  
outras exigências: não se conformava com estatismos e evocações,  
num acondicionamento luxuoso em salas decoradas com estilo e  
sombas para colóquios de saudade. Nem casa antiga aproveitada  
para actividades modernas, nem mudanças dum estado provisório  
para outro sem condições próprias. Ou edificio construído, expres-  
samente, vasto e distribuído com sobriedade, etc., etc., etc., ou  
então esperar mais um pouco pelo remédio definitivo. Ficaria  
muito mais cara e sempre insuficiente a adaptação, do que obra  
nova, que poderá ser perfeita. Nada de romantismos, queridos  
cooperadores! No Palácio Foz, além dos serviços lá instalados, ficaria  
bem, por exemplo, o Instituto para a Alta Cultura, que se acomodou  
alhures, num andar qualquer. No Palácio Foz, a Alta Cultura não  
teria menores direitos do que a Cultura Popular. Nos seus vastos e  
ricos aposentos, com biblioteca, salas de recepção, de exposição e  
conferências, que poderiam ser comuns, esse Instituto ficaria bem.

A este propósito, lembramos certos deveres dos pensionistas  
do Estado, que por concursos da Academia, da Escola de Belas-  
-Artes ou do Legado Valmor, durante os seus estágios no estran-  
geiro realizam provas que, a quem os subsidia, pertencem. Nas  
condições regulamentares das bolsas daquele Instituto, não seria  
justo, igualmente, aos bolseiros Artistas exigir-se-lhes um quadro  
ou uma escultura, como documento de aproveitamento, para ser  
integrado no Património Artístico da Nação?



JOAQUIM DE VASCONCELOS

por JOAQUIM LOPES



ANTÔNIO CORRÊA D'OLIVEIRA

*por HENRIQUE MEDINA*

O bolseiro partiria a estudar determinada especialidade. Terminada a bolsa, no seu regresso, apresentaria em exposição pública, quantos estudos e obras houvesse realizado, como satisfação moral para ambas as partes — Instituto e estudantes —, e assim o Artista, sem despesa dum ceitel, porque ao Instituto competiria a organização da exposição, provaria ao público a utilidade da bolsa e demonstraria as suas novas capacidades. Os músicos dariam concertos; os sábios fariam conferências; os especialistas diriam, como entendessem melhor, da sua justiça; e o Estado, por sua vez, completaria a obra da iniciativa do Instituto, com outros actos de justiça. Nas exposições de Arte, escolher-se-ia, de colaboração com o Artista, o documento que conviesse aos Museus e desta forma o Estado receberia um moral pagamento da colaboração dada ao estudioso, fechando-se as contas ou abrindo-se novos créditos para outras iniciativas proveitosas aos dois contratantes.

Ora no Palácio Foz parece tudo estar destinado a essas empresas de exhibições, conferências, saraus e outras festividades, tendo o Instituto para a Alta Cultura, sem prejuízos para a vizinhança, uma instalação condigna do seu título.

Mas tudo isto é romantismo!

**PROVEITO E GRATIDÃO** Nem tudo fica suspenso, inútil e platónico na obra dos cronistas desta revista. De vez em quando há compensações que encorajam as falangas, sem premeditações de qualquer interesse materialista. Conforta o encontro de espíritos e boas vontades que compreendem estas pregações. Nem tudo se perde neste areal de indiferenças.

Assim aconteceu, a propósito duma *Nota* neste lugar publicada, em Junho do ano findo, intitulada *Um Inventário a investigar*. Nela enumerávamos as coisas de Arte referentes a Portugal, que o malogrado Historiador Luís Keil havia anotado a quando da sua última viagem pela Alemanha, e das quais não havia notícias depois da calamitosa guerra. Tanto bastou para que um outro bom Português, que vive longe da Pátria em cumprimento de deveres um tanto alheios a estes problemas de Arte, mas que neles sabe estar também implícita a glória de Portugal, se desse ao cuidado patriótico de solicitar de pessoas competentes em terras alemãs a elucidação que reclamávamos e que logo nos foi dada com exemplar colaboração.

Das Direcções daqueles Museus e galerias foram fornecidos directamente ao Senhor Cônsul de Portugal em Hamburgo, o Dr. Vasco Martins Morgado, notícias e fotografias dos vários objectos de Arte que Luís Keil havia visto, salvo dos que a guerra destruiu ou os Russos desviaram para outros lugares, chegando esses documentos preciosos às nossas mãos por intermédio da bondade colaboradora daquele nosso compatriota, a quem nestas *Notas* queremos testemunhar sincera gratidão.

É nosso propósito, ao tornarmos pública esta informação, reconhecer o seguinte: 1.º — que Luís Keil era um consciencioso estudioso e investigador, devotado por paixão aos problemas artís-

ticos de Portugal; 2.º — que no estrangeiro, sendo todos os Portugueses muito mais patriotas do que na sua própria terra, distinguem-se pelo espírito de dedicação pessoas de categoria como o nosso Cônsul em Hamburgo, que não tomam por ninharia dar colaboração ao Património Nacional; por último, que esta revista, ignorada por muitos e malsinada por muitos mais, sempre tem qualquer préstimo de superior projecção, não sendo de todo inútil o sermão dos seus habituais cronistas.

É certo que com frequência também as pragas e queixumes procuram desviar os rumos da verdade destes cronistas; mas a cólera ou os pesadelos dos protestantes divertem os missionários! Em África, onde os pretinhos não gostam de se lavar nem de compreender a moral, o caso é semelhante. E não se lhes pode ralhar porque amuam... tal como os brancos.

SIMÕES DE ALMEIDA  
SOBRINHO

Nesta voluntária missão de cronista de coisas de Arte, falando com independência daquilo que mais nos apetece, confessamos ser-nos gostosa a tarefa, porque na ilusão ou na realidade de factos, o encantamento permanente de antigas paixões nos guia e alimenta o sonho. Mas nem tudo é prazer ou delírio nesta missão. Muitas vezes, mesmo com uma frequência que nos esmorece o ânimo, tornam-se-nos aflitivas as palavras de ltuosas notícias, que escrevemos com o coração ferido. Deus sabe quanta coragem é necessária para dominar a dor, que no silêncio queria estar, e dela arrancar um comentário, uma evocação, uma modesta homenagem ao amigo ou ao camarada que deixamos em descanso num buraco qualquer de cemitério.

Os enterros dos Artistas parecem de sentimento diferente dos de qualquer outro homem. No luto dos que ficam, a resignação é rápida, porque em seus corações surge a certeza duma outra Vida, que após aquela morte, primeiro a saudade e depois a justiça, fazem ser mais doce e mais amada do que a extinta. Só à amizade é mais custosa essa resignação. Ainda há pouco, no cemitério do Alto de S. João, desapareceu o corpo do Escultor Simões de Almeida na sombra dum muro branco e todo florido, que mais parecia divisão de jardim do que de campo de mortos. No silêncio da multidão dos seus camaradas e admiradores, assim que o caixão se escondeu sob os ramos de goivos e de camélias, aquela sensação de que Simões de Almeida, o Professor exemplar, o Artista triunfante e o amigo leal, ia agora reviver na glória pela qual lutou e que pela obra legada bem merece, pareceu sossegar as angústias. É que na verdade dos espíritos o Artista não morre nunca. A sua obra, que fica mesmo muito para além da saudade dos discípulos e dos amigos, cada dia é mais viva na memória de quem a admira.

Simões de Almeida Sobrinho — como se tornara conhecido nos meios de Arte — era bom, era sério e foi probo na sua profissão, como o foi na simpleza das criações artísticas. Sua obra, vasta e de indiscutível equilíbrio, que o destino espalhou por muitas terras de Portugal e chegou a firmar-se em estranhas, não fica sò-

mente a recordá-lo. Fica a viver por ele e, mais ainda, a viver na memória dele, tornando-o, por conseguinte, mais glorioso nesta segunda vida sem sofrimentos nem dúvidas como a primeira, que foi efémera e acabou agora. Querido Amigo! Assim como cumpriste, assim viverás!

Na admiração, como na saudade ou no amor dos vivos, é imortal o espírito dos Artistas.

RENATO DE ARAÚJO Com menos de quarenta anos de idade, faleceu também este Artista. Fez parte duma geração agora triunfante; deve ter sido ele o primeiro a cair a meio da peleja, depois de três ou quatro da geração anterior. Cedo as cruces marcam no caminho da encosta os sacrifícios dos fascinados pela ilusão. Renato de Araújo, débil e delicado, era bom desenhador e um exímio profissional da gravura no jeito clássico da especialidade. Mais o buril do que o estilete era a ferramenta do seu ofício; mas como bom desenhador que era, consciencioso e seguro na calma da acção, servia-se quando queria da ponta-seca, do talhe-doce e mesmo dos ácidos. Todavia o curso em que se formara num estágio no estrangeiro, fora o da gravura disciplinada, de ordem e regras fundamentais.

Metódicamente, o Banco de Portugal, que o tinha ao seu serviço como mestre, distribuía em finais do ano documentos excelentes das suas capacidades, que os coleccionadores arquivaram. Ainda há pouco mais de dois meses que as galerias de Arte receberam as últimas provas daquele honesto e perfeito labor. Pobre Artista! Ao gravares selos e diplomas, morreste limpo de moral num período em que os falsificadores de cédulas não cuidam de glórias, mas sim de fortunas e desvarios de gozo! Trabalhaste fora do tempo e por isso ele te maltratou.

---

## OBRAS DE DIOGO DE MACEDO

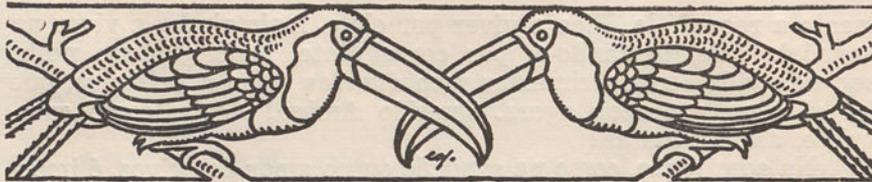
EDITADAS PELA REVISTA 'OCIDENTE'

'ALGUMAS OBRAS DE ARTE PORTUGUESA' — Álbum n.º 1, com 32 estampas .....	30\$00
'SOARES DOS REIS' — com 25 ilustrações — 1 volume de 128 páginas .....	15\$00
'JOÃO JOSÉ DE AGUIAR' — com 18 ilustrações — 1 volume de 96 páginas .....	15\$00
'A ESCULTURA EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XVII E XVIII' — com 50 ilustrações — 1 volume de 136 páginas — 40\$00 e	60\$00

---

ADQUIRA O 'CANCIONEIRO DA BIBLIOTECA NACIONAL' — ANTIGO COLOCCI-BRANCUTI, DE QUE JÁ FOI PUBLICADO O VOLUME I PELA 'REVISTA DE PORTUGAL'. A SEGUIR — VOL. II.

---



## CONSULTÓRIO LINGUÍSTICO

Por AUGUSTO MORENO

1) Em frases como: «*Peço-lhe para estudar com mais cuidado*» — entendo eu que é incorrecto dizer-se «*pedir para*». A este respeito, sou do mesmo parecer de Cândido de Figueiredo. Efectivamente, como há-de poder-se admitir o complemento directo regido de tal preposição? — CÉSAR, constante leitor.

R. — Pela minha parte, com a mesma facilidade e com o mesmo espírito de coerência com que o admito regido de outras preposições com que a cada passo vejo construí-lo.

Eu encontro nos Clássicos:

«*A todos os autores, diz Santo Ambrósio, enganavam os seus escritos*». (Vieira).

«*Dois príncipes da Pérsia, andando à caça, encontraram a Miletto, monge santo*». (Bernardes).

«*Restam-nos para concluir com os sucessos da Ásia darmos conta da viagem...*» (Fr. Luís de Sousa).

«*...dois amigos... encontraram com um ermitão, homem religioso e letrado...*» (Fr. Heitor Pinto).

«*...nem se lançam (as avezinhas novas) ao ar aberto, nem ousam ainda de atravessar as alturas...*» (Idem).

«*Determina de dar a doce vida*». (Camões).

«*Não sabia em que modo festejasse o Rei pagão os fortes navegantes*». (Idem).

«*Vejamos agora em que aparece principalmente cifrada a justificação e a apologia*». (Latino Coelho).

«*Adeus, mãe, adeus, querida,*

«*Que eu já não posso coa vida,*

«*E os anjos chamam por mim!*» (Garrett).

Em todos estes exemplos, na parte por mim sublinhada, temos o complemento directo de diversos verbos transitivos regido das preposições *a*, *com*, *de*, *em* e *por*.

Ocorre perguntar ao senhor consulente:

Por que é que o complemento directo pode, sem dúvida e sem reparo, ser regido daquelas preposições, e não pode igualmente sê-lo da preposição *para*? Tem esta menos direitos que as outras? Por quê?

A verdade toda é que, neste caso como em dezenas de outros, a proscrição dos gramáticos de nada vale em face dos factos da linguagem de todos os dias.

Em todas as províncias do país, o povo diz correntemente:

«*Pedia-lhe para trazer também as pequenas um bocadinho, à noite. Assam-se castanhas, e depois ficamos todas ao serão*.»

Neste exemplo, não se vê elipse de uma palavra com *licença*, *consentimento*, *autorização*, etc., adiante de «*Pedia-lhe*».

A primeira frase equivale perfeitamente a:

«*Pedia-lhe que trouxesse também as pequenas à noite, etc.*».

Isto é, a preposição *para* rege um autêntico complemento directo, e não um adjunto adverbial de fim para quê.

O que o povo faz com o verbo *pedir* fá-lo igualmente com o verbo *dizer*: «*Diga-lhe para vir cedinho, sim?*»

Também aqui se não descobre elipse de substantivo que preceda a preposição, antes o que ela rege é um perfeito complemento directo. «*Diga-lhe para vir...*» equivale exactissimamente a «*Diga-lhe que venha...*».

Erra o povo nesta sintaxe?

Aí está uma coisa de que não é fácil fazerem-me convencer.

Homens, dos que melhor escreveram nesta terra, parece que também disso não estavam convencidos, porque seguiram na cola do povo.

Aqui temos, por exemplo, em Castilho (*Castilho pintado por ele Próprio*): «Quando a família saía, *pedíamos* com tanto empenho *para nos deixarem em casa*, como outro qualquer rapaz suplicaria que o levassem.»

(Sublinhado meu, como nas mais transcrições).

E em Garrett (*'Arco de Sant'Ana'*):

«*Peço para ser vogal do júri...*, mas declaro desde já que não voto em gordas, nem tolas, nem beatas...»

E em Herculano (*'Monge de Cister'*):

«No outro dia, quando Fr. Lourenço saía da cela, correu a ele Fr. Julião e disse-lhe que um mouro viera a *pedir* a sua reverência *para ir ver uma pobre mulher* que se morria...»

E em Camilo (*'Novelas do Minho'*, *'Coisas Espantosas'* e *'Anátema'*):

«Lembrei-me se ele vinha convidar-me para fundarmos um jornal em Landim, ou se viria *pedir-me para o propor sócio correspondente da Academia Real das Ciências*. — Carlota *pediu para ficar a sós com a mais velha das meninas*. — «Padre António conseguiu visitar-me na minha cela. *Pediu para ficar só comigo*».

Com o verbo *rogar*, que tem a mesma construção que *pedir*, escreveu Arnaldo Gama (*'Balio de Leça'*):

«— Eu *roguei*, com lágrimas, a Deus *para que passasse de mim este cálix*; *roguei-lhe... para que levantasse de cima de mim...* esta medonha e dilacerante provação!...»

«— Irmãos, vamos *rogar* a Deus *para que dê verdadeira contrição* àqueles *tristes*».

Em relação ao verbo *dizer*, pode ler-se também em Trindade Coelho (*'Os Meus Amores'*):

«— Pai, olhe que o rei há-de-lhe *dizer para me vender*; mas vossemecê peça muito dinheiro, de modo a nunca vender senão as lebres».

Estas construções têm o pleno assentimento do uso popular, e por conseguinte é inútil que queiram proscrevê-las aqueles que têm aversão às preposições de boas avenças com verbos transitivos directos.

Ademais, a que diz respeito ao verbo *pedir* é até autorizada por gramáticos da estatura de Epifânio e Carlos Góis.

Veja-se a *'Sintaxe Histórica Portuguesa'* do primeiro e a *'Sintaxe de Regência'*, do segundo, e concluir-se-á sem custo que as formas idiomáticas da linguagem não são menos legítimas nem valem menos que as formas canónicas das Gramáticas e dos Gramáticos de visão curta.

2) Tendo de escrever por extenso a quantia de 4.371\$35, pus: «quatro mil trezentos setenta um escudos e trinta cinco centavos», que me emendaram para «quatro mil e trezentos setenta e um escudos e trinta e cinco centavos». Está mal como eu escrevi? Emendaram bem? Qual a maneira correcta de escrever os números por extenso? — C. DE M.

R. — Por sua ordem: Não estava bem como escreveu. A sua maneira pecou por *assindética* de mais, isto é, por empregar conjunções de menos. Nunca fica bem «setenta um» nem «trinta cinco». — Não emendaram mal, mas podiam tê-lo feito melhor, ou seja mais naturalmente. — Quanto à maneira correcta de escrever os números por extenso, há mais de uma, segundo vejo nos meus Clássicos. Primeiramente: pode empregar-se a conjunção copulativa ligando *todas* as ordens das diversas classes de unidades, como fez

Fr. Luís de Sousa na 'Vida do Arcebispo'. Em segundo lugar, pode não se empregar a copulativa ligando *milhares* a *centenas* ou *centenas* a *dezenas*, como fez algumas vezes Vieira nos 'Sermões'. Mas *nunca* se suprimirá tal conjunção entre as *dezenas* e as *unidades* ou entre *duas ordens quaisquer*, contíguas ou não, quando o número contenha só *duas*. E tratando-se do actual dinheiro português, também não deixará de se pôr a mesma conjunção *depois* da palavra *escudos*, uma vez que além deles haja igualmente *centavos*. — A maneira que me parece mais natural de escrever a quantia que vem na consulta é a seguinte: «quatro mil trezentos e setenta e um escudos e trinta e cinco centavos». Não se empregando a copulativa todas as quatro vezes, só poderá eliminar-se onde se empregou a primeira. — Com *duas ordens exactas*, quaisquer que sejam, acima do número 20, teremos sempre a conjunção. Assim: «vinte e um escudos»; «trinta e seis centavos»; «cento e cinco escudos»; «quatro mil e trezentos escudos»; «cinco mil e oitenta escudos»; «oito mil e seis escudos», «nove escudos e cinco centavos»; etc. — Entre 10 e 20, não se emprega a copulativa ligando a dezena à(s) unidade(s). Escreveremos, pois: «onze, doze, treze... dezanove escudos».

3) Nesta frase: «Arrastam a grande multidão de negros» — posso considerar complemento directo tudo o que vai sublinhado? — R. M. N.

R. — Entendo que até *deve*, e principalmente na instrução primária, em que não convém esmiuçar de mais a análise. É claro que a palavra-núcleo do complemento é a palavra *multidão*, de que as outras são determinantes: *a e grande*, atributivos; *de negros*, complemento de *constituição*. Mas a análise, a não ser em cursos adiantados, em que pode exigir-se a especificação de todas as funções sintácticas, não convém diluir-se demasiadamente.

4) E nestas outras: «Um belo rapaz de Estremoz fez este trabalho», «As grandes empresas de Coolela dissolveram o império vátua» — posso considerar como sujeito tudo o que vai também em itálico?

R. — Pode e deve, minha senhora. As determinações da palavra principal do sujeito são-lhe muitas vezes indispensáveis.

Pode ver-se frisantemente que assim é neste exemplo: «As casas demasiadamente pequenas são inconvenientes».

Se considerarmos como sujeito da oração só «as casas», a asserção do predicado é falsa: as casas não são inconvenientes.

Se considerarmos como sujeito o substantivo, com o seu acessório, «as casas pequenas», a afirmação continua a ser falsa; as casas pequenas não são inconvenientes, porque, na maioria dos casos, são até mais convenientes do que as grandes.

De maneira que, para termos absoluta verdade na asseveração, é indispensável que no sujeito, além do substantivo e do seu acessório, entre também o advérbio modificativo deste.

E num exame, dado que à análise se apresentasse esta oração, à pergunta: Qual é o sujeito? — só conviria esta resposta: «As casas demasiadamente pequenas», sem omissão de nenhuma das quatro palavras.

Porto — Rua da Maternidade, 80.

---

#### MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

«Tendo verificado que, em contravenção das regras ortográficas oficialmente aprovadas, se continua a fazer uso das respectivas iniciais, sem qualquer pontuação, para referência dos Serviços dos Correios, Telégrafos e Telefones; sendo necessário, a bem da Língua Portuguesa, evitar este e outros atropelos; lembra-se: a) que todos os Serviços e Organismos devem ser designados por extenso evitando-se a referência às iniciais das suas denominações; b) que nos casos em que excepcionalmente se tenham de indicar esses Serviços ou Organismos pelas iniciais devem estas ser seguidas da indispensável pontuação. 20 de Maio de 1947». — O Subsecretário — RUI DE SÁ CARNEIRO.

---

# TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

Durante o mês de Março cantaram-se no nosso primeiro Teatro nove óperas de diferentes épocas e diferentes estilos musicais.

Predominaram as óperas italianas, ou antes de Autores italianos, a saber: *Gioconda*, de Ponchielli; *Tosca*, de Puccini; *Lucia de Lammermoor* e *Elixir de Amor*, de Donizetti e *Barbeiro de Sevilha*, de Rossini.

Massenet illustrou brilhantemente esta primeira série com o seu encantador *Werther* e de Bizet ouviram-se duas óperas de estrutura e assunto tão diversos: *Os Pescadores de Pérolas*, exotismos orientais belamente musicados, e *Carmen*, essa obra-prima de realismo e vibração dramática.

A lição cultural, por excelência, foi dada, porém, pelo *Orfeu*, de Gluck, famoso Compositor alemão do Século XVIII e, por assim dizer, o reformador da Ópera. A Direcção do Teatro Nacional de São Carlos merece todos os louvores por haver facultado às pessoas de menos de 50 anos a 1.<sup>a</sup> audição de *Orfeu e Euridice*, maravilha que desde logo valeu ao seu Autor uma pensão de 6.000 francos concedida por Maria Antonieta.

Está feita a crítica de todas as audições em vários tons e feitiços, que, no entanto, são uníssonos quanto à excelência dos espectáculos realizados.

O que nos compete salientar é a intervenção de Artistas portugueses a par dos estrangeiros e o reconhecimento por parte da Direcção do Teatro da justiça com que alguns comentadores reclamavam essa medida indispensável.

Além dos Artistas estrangeiros já conhecidos e admirados, Stignani, Caniglia, Neri, Bechi e o Maestro Antonino Votto, vieram outros igualmente distintos, como Tagliavini, Mascherini, Canali, Fiorela Forti, Vitoria Neviani Tassinari e Graciela Rivera.

E desempenharam papéis de importância os Artistas portugueses Maria Teresa de Almeida, Maria Justina Pereira e Guilherme Kjölner, devendo ainda apresentar-se outros nas próximas óperas.

Está dado o primeiro passo na devida orientação. Cumpre continuar pugnando pelo máximo aproveitamento dos autênticos valores nacionais e ainda pela superior aspiração do Canto em Língua Portuguesa.

Se as óperas são atraentes e prendem três horas de jubilosa atenção, como o prazer seria infinitamente maior se se entendesse tudo o que os Artistas cantam!

Notamos que a Direcção do Teatro ainda não substituiu o estrangeirismo *matinée* pela palavra *vesperal* ou por outra expressão portuguesa, a seu gosto, como cumpre a um Teatro Nacional do Estado Português.



# BIBLIOGRAFIA

## LIVROS PORTUGUESES — IX

### VERSO

Um dos maiores vícios da nossa época é o desconhecimento geral da sua verdadeira grandeza.

São vários os motivos que, entre nós, têm vindo agravando sucessivamente esse vício, tão prejudicial, e múltiplas as suas manifestações. A pior delas, por ferir a mais profunda criação humana, é a que se refere às obras mais altas da nossa Literatura Contemporânea e a toda esta, afinal, no seu carácter próprio, verdadeira originalidade e altíssimo valor.

É com absoluta consciência que emprego este superlativo e com não menor confiança na futura confirmação da sua verdade.

A Literatura Portuguesa entrou com o Romantismo de Garrett no seu período natural de apogeu. Toda a primeira época deste grande período, que podemos considerar finda em 1920, e constitui, no seu conjunto, o Romantismo Português, veio intensificando essa evolução criadora, particularmente desde o Segundo Romantismo, iniciado por Antero de Quental e a sua geração.

O alto valor, as mais fáceis condições de êxito e comunicabilidade, o renome e justa glória de alguns Escritores das duas primeiras gerações do Segundo Romantismo, fizeram enganosamente supor ou, por efeito do vício referido, e também por malévola actuação da conjura dos mediocres, negar a continuidade e a subida, cada vez maior, deste movimento da Literatura Portuguesa para o seu actual e Deus queira que prolongado apogeu.

Nele colaboram as últimas gerações do Segundo Romantismo, o mais nosso e o mais alto, e as primeiras gerações do Humanismo Português, o que lhe aumenta o valor, a complexidade e altura.

No seu início ainda viviam alguns dos maiores Poetas da geração de 1880 e muitos e os melhores da geração de 1890, datas que indicam o ano aproximado em que atingiram a maioridade os seus componentes.

Ambas, e talvez ainda mais as seguintes gerações, sofreram as consequências daquele vício da nossa época. Os seus mais altos Poetas (do Verso e da Prosa) foram geralmente desconhecidos, em absoluto ou no seu verdadeiro valor, ou louvados singularmente e em oposição de uns aos outros e com erro.

Não quer ver-se a continuidade íntima dessas gerações nem a unidade profunda, embora muito complexa, de cada uma delas é da época, no seu conjunto.

Não se escolhem nem se definem os seus valores com a imparcialidade necessária do exclusivo critério literário e cultural. Mesmo quando ele existe e logra vencer a imposição das paixões partidárias, ainda geralmente se baseia numa estreita visão particularista e no desconhecimento dos outros valores que não sejam o realçado, ainda facciosamente, e da verdadeira evolução e grandeza de toda a nossa Literatura Contemporânea.

Nem se procura defini-la, no bem como no mal, ajudando a valorização justa dos seus grandes nomes e obras, separando-os da massa enorme dos produtos da literatice e do mau jornalismo, e também das obras falhadas, dolorosamente, de talentos susceptíveis de redenção.

Porque em nossa época, talvez por sua própria natureza, coexistem com os mais altos e autênticos engenhos, muitos reais talentos sacrificados à dissolução de certos valores do Romantismo e outros, inútilmente já, transviados por imitações da sua decadência não superada noutras Literaturas e, em particular, na Francesa, a que mais influência mantém ainda entre nós.

Contrariar aqueles erros e todas as más influências é um dever da Crítica. Mas para o cumprir cabalmente não pode fechar-se na estreiteza de nenhum critério particularista, nem de valores pessoais nem de tendências.

E para definir com verdade e exaltar com justiça cada um dos altos valores da nossa Literatura Contemporânea, tem a Crítica de a compreender toda inteira. De outro modo não poderá sequer descobrir o verdadeiro, o profundo, único e eterno valor de uma obra, ainda quando julgue estar louvando o seu Autor. É isto o que tem acontecido ao grande Poeta, indiscutivelmente grande António Corrêa d'Oliveira.

É talvez, mesmo, o seu caso dos mais típicos, por ser dos poucos grandes que logrou ter êxito público e algum tanto das homenagens e dos louvores que tão facilmente são concedidos a alguns talentos mediocres.

Também por se fundar num equívoco de exclusividade e na admiração do que tem de menor, embora bom, uma glória que, por isso, nem é geral nem a melhor nem toda a que ele merece.

A sua posição verdadeira e a sua categoria, muito alta, dentro da nossa Literatura Contemporânea, não foram compreendidas nem sequer entrevistas e indicadas. Os seus mais veementes admiradores, julgando talvez prestar-lhe um serviço, opõem-no, como caso único e de reacção inicial, a uma Literatura que chamam decadente ou transviada. E, para o fazer, recusam implicitamente uma grande parte e não a menos alta da sua Obra. Outros, por idênticas razões e semelhante erro, querem desconhecer a sua Obra a partir de certa data — a da sua plena afirmação cristã.

Todos erradamente separam em duas fases opostas uma Obra que tem perfeita unidade e uma vida exemplar de Poeta em constante elevação. Todos, por um ou outro modo, o separam do movimento e da evolução criadora da nossa Literatura Contemporânea, das suas raízes tradicionais e da sua originalidade, daquelas indicando apenas as que mais convêm a um ou outro critério, desta não vendo o carácter profundo, ao mesmo tempo nacional e universal.

Nenhum, que eu saiba, estudou o conjunto da sua vasta Obra e nela seguiu a evolução própria do Poeta.

Para ser inteiramente justo e compreender alguns dos motivos dessa grave falta de que não só padece o Poeta mas toda a compreensão da nossa Literatura Contemporânea, devo dizer que ele mesmo tem, involuntária e indirectamente, dificultado a apreciação global da sua Obra, pela forma e condições, umas vezes aceites e outras procuradas, por que tem feito a publicação dos seus livros.

O Crítico e Historiador da Literatura não pode ser, habitualmente, o bibliógrafo, o investigador do que não foi dado ao público, o coleccionador de espécies raras.

Cumpra aos Poetas, por si ou por seus mais próximos admiradores, ordenarem e publicarem a sua Obra e facilitarem o seu conhecimento integral, ou para toda inteira perdurar ou, mesmo, para uma escolha que só nesse conhecimento pode basear-se para não ser enganosa ou injusta.

Precisamente por me não serem, então, ainda conhecidos alguns dos seus livros e não possuir, a visão global e verdadeira da sua Obra, não ousei incluir o nome de António Corrêa d'Oliveira, como glória definitiva das nossas Letras, alcançada em vida, na '*Ordenação Crítica dos Autores e Obras Essenciais da Literatura Portuguesa*', publicada em 1947.

Já então fora publicado um primeiro volume da «Antologia» da obra de António Corrêa d'Oliveira. Mas esse volume, apesar do carinho, justificado entusiasmo e inteligência de quem escolheu as Poesias nele reunidas, e de quem o prefaciou, mais veio reforçar a minha dúvida quanto à valorização integral e perfeita do Poeta e da sua Obra.

Baseia-se a escolha num dos critérios particularistas que têm partido e repartido, na eleição de estes ou daqueles, uma Obra que é de perfeita unidade.

O agrupamento das Poesias num volume com o título de «Líricas» (porquê e com que sentido verdadeiro da palavra?) e em outros, não publicados, «Da Pátria» e «De Deus», não tem razão de ser nem base crítica.

Não permite sequer decidir se a escolha foi a melhor, embora quase tudo o escolhido seja de perdurar e nos tenha dado esse volume, pela primeira vez, a conhecer vinte e dois Sonetos (mas são todos?) do Livro 'Saudade Nossa', com «edição fora do mercado», em que a Poesia Lírica de António Corrêa d'Oliveira atingiu uma das suas melhores realizações.

Pelas duas razões indicadas aquele volume de «Antologia», apesar do carinho e inteligência de quem o escolheu, não serviu para esclarecer a verdadeira posição de António Corrêa d'Oliveira em nossa Literatura Contemporânea e muito menos para se fazer a inteira valorização da sua Obra.

Mas o pior, devo dizê-lo, ainda que me pese, foi o reforço daquele imperfeito critério particularista, e exclusivista, com que esse volume foi apresentado no «Prefácio».

Tenho por Luís de Almeida Braga, seu Autor, admiração e estima. Mas apesar disto, ou por isto mesmo, não posso deixar de dizer que esse Prefácio é uma das mais erradas e injustas visões da Literatura Portuguesa Contemporânea e, embora com muito outra intenção, um mau serviço prestado a António Corrêa d'Oliveira.

Dar-lhe um lugar de solitário na sua geração e mostrá-lo reagindo em absoluto contra as gerações anteriores e uma época de suposta *decadência*, é um erro total, e contribui para manter ou reforçar o equívoco, já tão demorado, que tem impedido a perfeita e integral glória deste grande Poeta.

A geração especialmente visada naquele Prefácio é a de 1890 e as suas Obras censuradas, as primeiras e publicadas no momento literário que também viu aparecer os primeiros livros de António Corrêa d'Oliveira.

Esse momento literário, e o movimento, com imperfeita compreensão designado por «simbolista», tiveram alguma coisa de muito mau, a falsidade das primeiras Obras de Eugénio de Castro, de que nada ou quase nada se poderá salvar, e de alguns seus seguidores, já esquecidos.

Mas a nenhum Crítico, a nenhum Historiador da Literatura é permitido confundir com essa má literatura de Eugénio de Castro, no seu início, e de que tão altamente se resgatou depois, e com a falsidade e insincera imitação das obras dos «decadentistas» franceses, o verdadeiro e necessário movimento simbolista daquela geração portuguesa de 1890.

Muito menos, ainda, confundir com os «*caudatários*» de Eugénio de Castro, Poetas que lhe são muito superiores, por maior profundidade e altura de pensamento e intensidade humana do sentir, como foram António Nobre e Alberto Osório de Castro.

Inadmissível esquecer (em 1946!) a existência de Camilo Pessanha, que, apesar da sua escassa obra, iguala a grandeza dos anteriormente citados. Inadmissível diminuir autênticos Poetas, como, por exemplo, Júlio Brandão, ou confundir outros, menores, como quem nada foi.

Soberanamente injusto dizer de *imitação* e desvalorizar a obra simbolista de Junqueiro, 'Os Simples', onde há algumas das suas criações mais altas e mais sinceras e nacionais.

Com influências estrangeiras esta obra de Junqueiro e outras dos verdadeiros e grandes Simbolistas portugueses? Sem dúvida. Mas nacionalizadas e personalizadas por tal forma que permitiram e até ajudaram o início de uma criação nacional por inteiro independente da evolução, entrada em *decadência*, das Literaturas de que essas influências provieram.

O Simbolismo, reforço de uma lei eterna e de uma condição essencial da grande Poesia, tinha, necessariamente, de se manifestar e se impor em dado momento da evolução do Romantismo. Por isto, no Romantismo Português espontaneamente se iniciou esse reforço do Simbolismo na Poesia de Antero de Quental. Por isto, cresceu na Poesia de Gomes Leal e de Junqueiro e com os melhores Poetas da geração de 1880, e veio a afirmar-se plenamente, não só na geração de 1890, nos Poetas chamados «simbolistas» (e excluem-se os que apenas e transitória imitaram, por tática literária) e os que se lhe seguiram imediatamente, mas também na geração de 1900, a de António Corrêa d'Oliveira, e nele próprio, como nos seus pares.

Nem se compreenderá o ponto de partida, humano e artístico, da Obra de António Corrêa d'Oliveira, separando-o do verdadeiro Simbolismo Português e particularmente o de António Nobre, com o qual muitas semelhanças têm as suas primeiras realizações, sem que por isto sejam menos pessoais ou menos altas.

É ler, com olhos de ler, o livro '*Alvio de Tristes*', obra alta e que merece ter reedição integral e de que não foi boa a escolha no volume de «Antologia» já referido.

Pois ainda, porém, é opor à complexidade e altura de pensamento, personalização e fundura do sentimento, vastidão e subtileza da sensibilidade que vieram crescendo com os Poetas grandes, anteriores a António Corrêa de Oliveira, a sua Obra, dizendo-a uma reacção *necessária* do simples e fácil, não com a base no Génio Nacional e nas fontes de Cultura Popular, porque essa é base de toda a grande Poesia e o foi particularmente daqueles Simbolistas verdadeiros que citei, mas com submissão à forma e limitação dos cantares do Povo.

A Poesia de António Corrêa d'Oliveira tem raízes na Cultura Popular Portuguesa, e dela recebeu poderosas sugestões. Mas nem isto o distingue dos Poetas, seus pares, das gerações anteriores e da sua própria, nem essas raízes são exclusivas, felizmente para a sua grandeza real.

O Poeta absorveu a seiva da Cultura Popular que lhe é co-natural por *nacional*, de um modo próprio e sem submissão em tudo quanto criou de mais alto. Se, por vezes, de tanto o louvarem de enriquecer o seu génio pessoal com as sugestões da Poesia Popular, as não soube transcender, em seu prejuízo foi e com a consequência de algumas poesias menos altas. Acrescente-se, porém, que, mesmo ali, nunca deixa de surgir, a espaços, a perfeita elevação e a fundura de um grande Poeta. E diga-se também que é preciso tenha sido muito forte sempre a sua inspiração para resistir ao caminho da *simplicidade* e da *impersonalidade* que tanto lhe aconselharam. E sempre, ou quase sempre, resistiu e se afirmou.

Aquelas raízes, tão justamente procuradas, na Cultura Popular e sua Poesia verdadeira, não são, aliás, as únicas nem talvez as mais fortes de entre as que prendem à Literatura Portuguesa anterior o engenho e a arte de António Corrêa d'Oliveira.

As mais fortes são as que subiram à Poesia Culta, e não menos nacional, do Período do Renascimento, e particularmente a de Gil Vicente e de Sá de Miranda, as duas maiores influências, sempre benéficas e fecundas, recebidas por este Poeta.

Nem, já o disse, ele se desliga das gerações anteriores no que tiveram de mais alto ou mais próprio ao seu espírito.

Nem a sua Obra representa uma reacção (que aliás não seria, a assim considerar-se, nem única nem isolada) mas antes, e com benefício para a sua grandeza, e a par de outras, diversas, uma realização final, profunda, inultrapassável, de uma das directrizes válidas e belas do Romantismo Português e, mais particular e directamente, do Simbolismo Português.

Foi por esta realização, e de modo algum inaugurando e reagindo, que este Poeta foi original e novo e atingiu uma exemplar altura, e se ligou ao Humanismo Português de hoje, e deu à nossa época uma Obra eterna.

Toda ela? Não o creio e não posso dizê-lo. Mas sei que toda ela é digna e alta; que merece em absoluto ser toda inteira preservada, numa edição completa, para que a escolha que tenha de ser feita do seu Livro de Eternidade seja realmente a que deve ser.

Não sei por quem nem quando poderá ser feito o estudo completo da Obra de António Corrêa d'Oliveira. Sei que sem ele a sua glória será bem menor do que merece e sofrerá dos vários equívocos e exclusivismos que a têm contrariado ou diminuído. E sei que esse estudo será quase impossível enquanto se não fizer, como é justo e merecido, uma edição completa, ordenada, não alterada, e criticamente estabelecida de toda a sua Obra. Considero, por isto, um dever para com a nossa Cultura e uma gratidão para quem tanto já lhe deu, uma edição nacional das Obras Completas de António Corrêa d'Oliveira.



A dívida começou justamente a ser paga com a edição, num só volume, dos «folhetos de cordel» publicados entre 1919 e 1927, e acrescentados com outro poema do mesmo género dos por aquela forma dispersos, e recente.

ANTÓNIO CORRÊA D'OLIVEIRA — '*Hora Incerta, Pátria Certa*' — Edição do Secretariado Nacional da Informação e Cultura Popular — Lisboa 1949.

Edição comemorativa de cinco décadas, quase duas idades literárias, de actividade ininterrupta e sempre digna e alta, ela constitui uma justa, perfeita e nobilíssima homenagem ao Poeta.

Honra quem a decidiu e realizou. Mas ainda mais do que isso, revela uma não comum e alta sensibilidade nacional, pela escolha da Obra que se editou e assim nos é dada, pela primeira vez, em seu perfeito conjunto e unidade, com o complemento que lhe foi, valiosa e justamente, acrescentado por seu Autor.

O volume realizado grãficamente por um Poeta, Augusto Ferreira Gomes, é uma obra de Arte, bela mas, infelizmente, não perfeita.

O desenho da capa, em si próprio de finura e beleza, não corresponde, em sua ternura idílica e preciosa, ao intenso dramatismo e forte e despojada grandeza da Obra poética. E pode, assim, continuar a sugerir o que não é e se diz ser o Lirismo deste Poeta.

Ao contrário, satisfaz-me dizê-lo, os desenhos de página que precedem cada um dos Nove Livros do Poema, todos eles, qual o da capa, do grande ilustrador Jorge Barradas, estão em acordo com a grandeza e o tom dos Poemas. O que mais nos faz lamentar, por evitável, o desacordo, não reflectido, que se deu com o desenho incluído na capa.

Será sina deste grande Poeta a obrigação em que ele próprio e outros nos colocam de afastarmos uma *capa* de preciosismo, embora com certa graça e ternura, para, dela despojada, vermos a verdadeira, a alta e profunda, humana e grave beleza da sua Poesia?

E, no entanto, é a esta pura e grave e funda beleza e não àquelas gracilidades superficiais que António Corrêa d'Oliveira deverá a sua verdadeira e alta glória.

O grande e uno Poema, constituído por nove Poemas ou '*Livros*, a que deu o nome de '*Hora incerta, Pátria Certa*' (não assim na imperfeita, incompleta e pouco bem ordenada *Táboa* das suas Obras) poderá, quanto a mim, dar início à verdadeira compreensão dessa grandeza forte e dessa pura beleza da sua Poesia.

Para isto desejo contribuir com esta simples nota crítica. Principalmente porque vejo ainda incompreendido e assim imperfeitamente apresentado o alto e profundo valor deste Poema.

Acompanha esta publicação a de um «Estudo Crítico», feito por Tasso da Silveira, alto Escritor Brasileiro de nobre pensamento e lúcida prosa.

Mas esse Estudo Crítico não foi de certeza feito para esta Obra nem mesmo com o seu integral e profundo conhecimento e assim não contribui, apesar de todo o seu valor, para a compreensão do que ela é e do que tem de mais alto e genuíno e de todo o seu valor, não apenas nacional mas universal.

Insistindo também numa inexistente oposição entre o nacional, português, (lírico, enternecido, campesino, idílico e, afinal, restrito) de um lado, e, do outro, de um universalismo religioso, contradiz e grandeza épica e dramática e o significado profundo, nacional e universal, deste próprio e tão alto Poema.

Reafirmando a oposição (não real e profunda) entre duas fases da constante e natural elevação do Poeta para a sua Verdade religiosa, poeticamente conquistada, nega-se a compreender, como o poderia ter feito, não só o mais profundo motivo da intensa humanidade e da maior beleza da Poesia Cristã de António Corrêa d'Oliveira, mas também a posição dentro dela e a par de outros dois grandes Poemas («*Job*» e «*Verbo Ser e Verbo Amar*»)

deste Poema que não é nem menos cristão nem menos universal nem mais nacional.

Lamentaria também certos julgamentos de Tasso da Silveira sobre a Literatura Portuguesa em geral e particularmente sobre a do período contemporâneo, se a culpa não fosse exclusivamente nossa e não dele.

São os Portugueses que têm culpa do geral desconhecimento e da falsa visão da sua Literatura e da sua História e, com ambas, de todo o Génio Nacional e seu poder e seu valor de Universalidade.

Também isto impede a compreensão verdadeira da Obra dos mais altos Poetas Portugueses de hoje. Impedirá também a compreensão profunda e justa desta Obra de António Corrêa d'Oliveira, e, a bem dizer, de toda a sua mais alta, mais pessoal e mais universal e religiosa e cristã Poesia. Religiosa e Cristã? Mas religiosa é, afinal, toda a grande Poesia. Cristã, de tendência, de ansiosa procura e, por fim, de plena afirmação, é toda a Poesia de António Corrêa d'Oliveira.

É caso muito para discutir e analisar o *panteísmo* de alguns dos livros deste Poeta. Se é possível essa classificação (o que não me compete agora analisar, negando-a ou confirmando-a) que ela não impeça a visão, mesmo nesses livros, de uma latente e profunda aspiração Cristã que lhes dá um carácter próprio e muito pessoal.

E, principalmente, que não conduza à ideia de uma conversão e repúdio íntimo das realizações anteriores. Porque foi nesse próprio amor da Terra e no amor da Vida que este Poeta encontrou o caminho ascensional, e não interrompido por crises e remorsos, que pôde levá-lo à Verdade Cristã.

E esse amor da terra e da vida, em sua nobreza e trabalho e amor, mantêm-se íntegros, cristianizados, se quiserem, ou mais puramente Cristãos, nas Obras que escreveu após a plena afirmação dessa verdade.

É isto mesmo que dá grandeza própria, originalidade e alto valor à sua Poesia Cristã.

E talvez em nenhuma Obra o Poeta no-lo tenha revelado com tão clara beleza, força e plenitude, como neste Poema da '*Hora Incerta, Pátria Certa*'.

As condições da sua publicação inicial, embora simpáticas, não foram favoráveis à sua compreensão.

Admira, no entanto, que não tivesse havido um Poeta, um Crítico, um Professor, para, nessa época e desde então até hoje, revelar a unidade perfeita desta Obra, o seu profundo significado, e principalmente o valor genial dos seus mais altos Poemas.

Falta de ocasião para os Poetas e Críticos, posso acreditar, por mim. Mas, os outros?!

Lembro-me, aliás, de um justo e lúcido louvor feito ao Poema '*A Fala que Deus nos deu*', por outro quase desconhecido em vida e já esquecido e, apesar de certos erros de julgamento, bom Escritor, Jaime de Magalhães Lima.

Outros poderá ter havido a louvar esta Obra com mais ou menos compreensão. Ninguém, que eu saiba, até hoje, a considerar o seu significado e a distinguir e a valorizar aqueles Poemas já com a perfeição do génio, que nela se incluem.

O intuito da Obra não foi exclusivo de António Corrêa d'Oliveira nem do seu tema profundo ele teve a prioridade na realização, o que, explicando melhor a sua ligação com toda a Literatura Portuguesa, sua contemporânea, em vez de o diminuir, só o engrandece.

O tema nasceu de uma necessidade real e profunda — a meditação do nosso destino de Povo Eleito quando a missão de Império renovada em África se julgou interrompida por um gravíssimo abuso da força e uma afronta — o «Ultimatum».

A dor e a indignação vividas nesse momento por todos os Portugueses teve consequências as mais diversas, muitas profundas e engrandecedoras, em toda a nossa moderna Literatura. Elas intensificaram a dúvida sobre as anteriores missões cumpridas e de eterno valor — mas cujos benefícios se discutiram sempre — a dos Descobrimentos e a do Império Marítimo Oriental. Reforçara já antes essa dúvida a concepção histórica de Herculano, medievalista e contrária, errada mas poderosamente, à Expansão Ultramarina.

Levou-a ao exagero o grande poder literário de Oliveira Martins. E foi esse mesmo exagero o que facilitou a concepção do primeiro Poema desta meditação nacional dos seus destinos — a '*Pátria*', de Guerra Junqueiro.

Foi dele a primeira realização completa desse tema português, natural, necessário, profundo. Mas foi também ela a de espírito menos completamente português.

Compreende-se, por isto, a impossibilidade natural da aceitação desse Poema como definitiva realização desse tema e fixação, para os tempos futuros, de uma época de nossa história vivida.

Junqueiro criara uma obra de grande Artista, sempre; de grande Poeta, só por momentos, mas neles altíssimo; de concepção histórica errada e inferior; de pensamento humano medíocre e quase primário e de ideal de revolta e catástrofe absolutamente inferior.

Por isto, se conjugaram aquela reacção, contra o seu profetismo do desastre, e as poderosas sugestões do seu génio verbal e, por vezes, poético.

Lutas intestinas, choque de ideais e de paixões, desastres e glórias, vieram depois também e sucessivamente provocar essa recriação e sublimação do tema e seu intuito profundo.

A prioridade nessa reacção e nova criação de um Poema da Pátria, aspirando a recuperar-se e desejando compreender-se, foi de dois grandes Poetas da geração de 1880. O primeiro, Paulino de Oliveira, num Poema tragicamente interrompido por sua morte, mas de que a introdução (publicada em 1914), o verdadeiro e perfeito Poema '*Restelo*', é também o que melhor reage contra a concepção antiexpansionista. O segundo, Manuel da Silva Gaio, com a integral recriação do tema no perfeito Poema '*Chave Dourada*', publicado em 1916.

Também este Poeta manteve, no entanto, uma implícita condenação do ideal *marítimo* no que ele próprio designou por o «problema da *contenda da Terra e do Mar*».

E com muitas semelhanças o mesmo sentimento (mais do que pensamento) nos reaparece no Poema inicial da '*Hora Incerta, Pátria Certa*', intitulado «É Portugal que vos fala». A mesma errada concepção histórica, de uma *decadência* a partir da ruína do Império do Oriente, também retrotraída ao desastre de Alcácer-Kibir e à união dinástica, e não outra, com a Espanha que tão nefasta nos foi.

O choque emocional directo que provocou a realização deste Poema foi decerto o assassinato do Eleito do Povo, repetindo o crime de morte do grande Rei D. Carlos.

Foi o mesmo choque emocional, de fundas raízes e intenso poder, que também provocou o Poema de Fernando Pessoa «A Memória do Presidente-Rei Sidónio Pais» e a do outro, mais vasto, constituído pelas Poesias da '*Mensagem*'.

O Poema, de António Corrêa d'Oliveira, «É Portugal que vos fala» tem grandeza poética e perfeição artística. Não era, porém, a resposta necessária e a recriação nova daquele tema de um Poema da Pátria.

Mas na sequência dos seguintes Poemas da Obra, no entanto uma, '*Hora Incerta, Pátria Certa*', assiste-se à própria elevação do Poeta para mais perfeito pensamento, mais dramático sentimento e maior grandeza na realização. E não é dos menores motivos do interesse que desperta na Crítica, este natural e poderoso trabalho de auto-engrandecimento pela própria realização poética.

É-me impossível, nesta simples nota, fazer a análise crítica dos nove Poemas que constituem a Obra admirável, e uma das mais altas de António Corrêa d'Oliveira, '*Hora Incerta, Pátria Certa*'.

Desejo, no entanto, resumidamente, indicar-lhes a natural sequência e elevação e apresentá-los em síntese, para que seja, enfim, compreendida a sua grandeza.

O segundo Poema, «*Viriato Lusitano*», tem uma concepção já mais alta do que a do primeiro, a de uma continuidade racial e da eleição de uma Terra. Para a exprimir em plenitude, contribui a ligação daquela inovação da primeira defesa da Terra com a vida actual do seu povo de lavradores, uma íntima e profunda ligação da vida rústica e da epopeia, no longínquo passado e hoje.

A estes dois Poemas de estrutura épica, seguem-se três outros de estrutura dramática. É neles que sobe mais alto o pensamento, o engenho e a arte do grande Poeta.

Neles a influência predominante (ou, antes, o natural parentesco espiritual) de Sá de Miranda, a renovação da sua Poesia sentenciosa, de complexo e alto Moralista, é substituída por outra, e melhor, de Gil Vicente. E o grande elogio de António Corrêa d'Oliveira está em poder fazer-se esta comparação dos seus Poemas dramáticos com os daquele Poeta de génio, sem o diminuir.

O primeiro é um *Auto* — o «Auto do Berço» — grande e belo mas ainda não de intensidade e plenitude e perfeição do génio.

Mas tudo isto se mostra (porque não haveremos de o dizer de um Poeta vivo?) no mistério, em três quadros, «O Santo Condestável» e na mágica, também em três quadros, da «Nau Catrineta».

Num e noutro, repito, foi atingida e realizada a perfeição do génio.

Aquele *mistério*, segundo a concepção já entrevista no «Auto do Berço», é o próprio mistério da Vontade Divina, manifestada na manutenção da independência de Portugal. A «mágica», no sentido puro e alto que a palavra pode conter, é a síntese da aventura marítima e sua glória e tragédia, e de um regresso que não a condena.

Tem toda a elevação espiritual de um *Auto Sacro* mas de que são personagens o Homem Lusíada e toda a grandeza do Mundo, mares e terras descobertos.

É este um dos máximos Poemas do verdadeiro Simbolismo. Nem desdenha empregar a alegoria e a eleva e lhe dá um poder idêntico ao do símbolo.

«Terra do Paraíso», Sexto Livro desta Obra, tem uma estrutura de poema lírico, no amplo sentido e verdadeiro desta palavra. É uma forte e alta meditação. Renova-se nela o tema da terra e do trabalho rural, seu recriador. Mas essa meditação aprofunda-se na mais forte das concepções religiosas e termina criando um dos mais altos, verdadeiros e fecundos mitos do Pensamento Lusíada — o da afirmação de que a terra da antiga Pátria, da Lusitânia imortal, é uma Terra Santa.

Na poderosa, original e alta concepção de António Corrêa d'Oliveira — a própria Terra do Paraíso. Subindo mais alto ainda, o Poeta afirma a reconquista do Paraíso, nessa Terra e por obra do trabalho.

Entre os Poemas deste outro nosso tema nacional, de tão fundas e naturais raízes e tão altas consequências universais, da Terra Santa compreendida e sentida na Terra Portuguesa, é este um dos mais intensos e belos.

Não desmerece dele o outro Poema ou Livro seguinte «A Fala que Deus nos Deu», forte e original concepção poética (e filosófica) de uma encarnação do Verbo no que mais humanizou o Homem e o aproximou de Deus — a Linguagem.

O oitavo Poema: «Os Sinos do Cativo», de estrutura épica mas imperfeita e sem a força trágica requerida por seu tema, não tem a altura dos cinco Poemas centrais e os mais altos, e de beleza eterna esses, quer por sua realização, quer por seu pensamento poético e criação mítica.

De novo a Obra se eleva em seu nono e último Poema, de realização mais recente. Nele se renova a criação de estrutura dramática, mas agora por uma forma estritamente alegórica. Isto lhe não permitiu subir quanto os outros Poemas Dramáticos particularmente o de «O Santo Condestável» e o da «Nau Catrineta» de tão humano, vivido, espiritual simbolismo e realização genial.

Foram os cinco máximos Poemas desta Obra realizados e publicados entre 1920 e 1922, quer dizer na própria viragem de duas grandes épocas da nossa Literatura, a do Romantismo e a do Humanismo. No espírito do Romantismo Português, tão alto e profundo, tiveram origem. Ao espírito do Humanismo Lusíada atingiram e para ele contribuem.

E tendo profundas raízes no Passado são uma das mais originais, novas e altas criações do presente, válidas, tenho disto a certeza, para todo o futuro.

MIGUEL SAPERAS — '*Breviário de Amor*' — Em tradução muito cuidada e brilhante de Júlio da Conceição Fernandes, a «Portugália» realizou destes poemas em prosa de Miguel Saperas uma bela edição, que seria primorosa, se as vinhetas fossem todas mais ou menos como a do frontispício. O Autor é um Catalão de renome, com larga obra em verso e em prosa. Neste '*Breviário de Amor*', repleto dum lirismo que a gente nova já não compreende, seguiu um pouco o processo do '*Werther*', com esta diferença: Na obra-prima de Goethe, aparecem as cartas em toda a sua grandeza sentimental e dolorosa. Aqui, das cartas de um amigo, dirigidas a uma Senhora já morta, da qual não se soube o nome nem se encontrou uma carta ou qualquer retrato, Miguel Saperas extraiu estas páginas impressionantes em que há poesia e sonho, pensamento e crítica, filosofia e mistério. É livro para ler e meditar.

GASTÃO SOUSA DIAS — '*Julgareis qual é mais excelente...*' — Gastão

Sousa Dias é um dos Escritores portugueses que mais se têm dedicado à exaltação dos valores ultramarinos. Conhecendo bem os altos feitos desses que tanto honraram através de séculos a Pátria e a Civilização, estava naturalmente indicado para escrever este volume comemorativo do Tricentenário da Restauração de Angola. Os heróis foram muitos, porque as lutas foram imensas. Mas, se aqui ou além houve fracassos momentâneos, morticínios inesperados, nunca os bravos Portugueses perderam o entusiasmo e a fé, avançando sempre e consolidando, através das maiores vicissitudes, a glória e prestígio de Portugal. E, por isso, é que Gastão de Sousa Dias escolheu acertadamente para título desta admirável galeria de nobres Vultos o verso sublime de Camões. São todos sugestivos e vibrantes os quadros aqui pintados. As figuras vivem em patriotismo ardente e a História enriquece-se com os sugestivos elementos que Gastão Sousa Dias lhe fornece para obra futura de mais largo plano. Devemos enumerar os nomes dos Vultos estudados para que bem se possa ajuizar do mérito da obra: Diogo Cão, Rui de Sousa, Francisco de Gouveia, Paulo Dias de Novais, Duarte Lopes, Baltasar Barreira, Manuel Cerveira Pereira, Baltasar Rebelo de Aragão, Fernão de Sousa, Pedro César de Meneses, Francisco de Souto Maior, Salvador Correia de Sá, João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Frei António Romano, Francisco de Távora, Luís Lopes de Sequeira, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, D. Miguel António de Melo, D. António Saldanha da Gama, Pedro José Baptista e Amaro José, Gregório José Mendes, Sá da Bandeira, Pedro Alexandrino da Cunha, Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro, Silva Porto, Frederico Welwitsch, José de Anchieta, Serpa Pinto e Capelo Ivens, Henrique de Carvalho, Artur de Paiva, Trigo Teixeira, Veríssimo Sarmento, Padre Ernesto Lecomte, Alves Roçadas, Paiva Couceiro, O Orlog, Willem Venter, General Pereira d'Eça e Dr. Manuel Alves da Cunha. Entre esses nomes estão o naturalista alemão Welwitsch, o indígena *Orlog* e o boer Willem Venter, porque se identificaram com as aspirações de Angola como os restantes que, da Pátria ou do Brasil, para ali foram colonizar e missionar.

O Governo Geral de Angola patrocinou a edição do excelente volume, que é ilustrado com muitas gravuras.

AUGUSTO CÉSAR PIRES DE LIMA — '*Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos*' — A Junta da Província do Douro Litoral publicou já o 4.º volume desta série de estudos de um dos mais laboriosos e proficientes Professores da matéria. Assuntos dos mais variados, trata-os sempre o Autor com o maior escrúpulo e reconhecida inteligência. No presente volume há capítulos de vivo interesse, como «A Linguagem de Camilo Castelo Branco», «Notas Vocabulares», «Literatura popular e Literatura erudita», etc., e bem assim alguns estudos biográficos de substanciosa crítica.

EGAS MONIZ — '*Conferências Médicas e Literárias*' — O eminente Sábio e Académico, Dr. Egas Moniz, galardoado há pouco com o Prémio Nobel, não é apenas um cientista de excepcional capacidade de trabalho; é, também um orador notável e um conferencista encantador. Das suas conferências publicadas pela «Portugália» não conhecemos as duas primeiras. Esta, a terceira, apresenta-nos o famoso histologista Ramon y Cajal vivo e palpitante em todo o seu labor e doutrinas. Sentimos nas páginas elegantes e persuasivas de Egas Moniz a estatura do Mestre espanhol e, como reflexo,

reconhecemos nos dois Apóstolos da Ciência a grandiosidade da dedicação dos verdadeiros sábios pelas novas aquisições que conduzam a melhor conhecimento do Homem. Muitos deles não colhem na vida senão mártírios e espinhos. A outros, porém, bafeja a Sorte com olhos mais compreensivos. Cajal e Egas Moniz beneficiaram do Prémio Nobel. Até aí os irmanou a preferência de actividades e a exemplar estrutura moral.

J. M. CORDEIRO DE SOUSA — '*Santa Justa*' — Em grosso tomo de 450 páginas, a Câmara Municipal de Lisboa deu-nos a cópia integral dos manuscritos originais relativos à freguesia de Santa Justa, registos de baptismo desde 27 de Junho de 1572 a 30 de Dezembro de 1584 e registos de casamento desde 14 de Fevereiro de 1594 a 28 de Dezembro de 1599. Trabalho de consulta, muito auxiliará aqueles que tenham de fazer investigações sobre a vida desses recuados tempos quinhentistas e que muito dificilmente poderiam consultar e decifrar as velhas folhas dos aludidos registos. No Sr. Cordeiro de Sousa há que enaltecer a paciência com que efectuou as cópias e o mérito das notas e índices.

A. L. DE CARVALHO — '*Antigamente!*...' — Depois de seus magníficos volumes sobre «Os Mesteres de Guimarães» e «Guimarães de Tempos Idos», envia-nos o A. este volume de evocações. Trata-se ainda de Guimarães, ou seja do berço da nacionalidade, motivo portanto de especial interesse. Todos os trechos são curtos e densos, revelando meticuloso exame dos documentos que serviram de base às páginas impressas. Assuntos literários, educativos e históricos, são entremeados com análises de costumes e festas, trâmites judiciais, apontamentos toponímicos, etc. O Autor tem larga experiência da justa interpretação dos velhos documentos e, por isso, todos os seus trabalhos assumem importância histórica nacional. '*Antigamente!*...', apesar da variedade das matérias nele contidas, constitui preciosa monografia, que recomendamos aos estudiosos de nossas tradições. E bem haja a Câmara de Guimarães por ter auxiliado a valiosa edição.

### LIVROS RECEBIDOS

3048 — *Ayres de Carvalho* — '*A Escultura em Mafra*' — 50 p. e 134 gravuras — Mafra — 1950.

3049 — *Augusto de Castro* — '*A crise internacional e a política externa portuguesa*' — 56 p. — Academia das Ciências — Lisboa — 1949.

3050 — *José Osório de Oliveira* — '*Visão incompleta de meio século de literatura portuguesa*' — 40 p. — Portugália Editora — Lisboa — 1950.

3051 — *Luís Amaro* — '*Dádiva*' — 104 p. — Portugália Editora — Lisboa — 1950.

3052 — *Elza Paxeco* — '*À margem do Dicionário Manual Etimológico*' — separata — Lisboa — 1949.

3053 — *Victor Buescu* — '*Survivance roumaine du latin \*appicare*' — separata — Lisboa — 1949.

3054 — *António Alvaro Dória* — '*A vida rural no Romance português*' — 412 p. — Lisboa — 1950.

3055 — *De Araújo Costa* — '*Páginas avulsas*' — 220 p. — Maceió (Alagoas) — 1949.

3056 — *Santos Cravina* — '*Cântico a S. João de Deus*' — 168 p. — 4.º centenário de S. João de Deus — Porto — 1950.

---

A REVISTA MENSAL '*OCIDENTE*' FUNDADA EM 1938 POR ALVARO PINTO JÁ COMPLETOU 37 VOLUMES COM MAIS DE 15.000 PÁGINAS DE LEITURA SÉRIA E 900 ILUSTRAÇÕES. / EXISTE UMA PEQUENA QUANTIDADE DE COLECÇÕES COMPLETAS: 37 VOLUMES ENCADERNADOS COM CAPAS DE PANO AZUL POR 3.100\$00

---



## NOTAS E COMENTÁRIOS

★ CRÓNICA — A agitação que vai por essa Europa é um sinal de veras eloquente das terríveis influências que, partindo da União Soviética, estão a lançar seus tentáculos multiformes por todas as zonas do Planeta. A senha é — desordem, greve, revolução e os Países que sofreram horrores com as duas Guerras são naturalmente aqueles onde melhor terreno encontram para se expandirem essas três sinistras inimigas da Paz e do Progresso. Desordem, greve, revolução — constituíram também no Portugal de há 30 para 25 anos o pão nosso de cada mês, como consequência duma politicagem dissolvente e antipatriótica. Os partidos eram muitos e as ambições muitas mais. Em todos havia personalidades de grande relevo, figuras de extraordinário valor moral e intelectual. Mas os partidários eram irrequietos e exigentes e as massas eleitorais não se limitavam às suas obrigações de votar, trabalhar e colaborar. Queriam mandar, impor, submeter tudo e todos a seus ímpetos demagógicos. As revoluções faziam-se até dentro dos partidos contra os seus chefes e a Nação resvalava de erro em erro para o abismo da mais completa degradação. Veio o movimento de 26, veio a administração escrupulosa e o regime inflexível de saldos, suprimiram-se os partidos e os ímpetos demagógicos e a Nação começou a respirar, a fortalecer-se, a tomar cores saudáveis e maneiras dignas, a inspirar confiança. Voltaram os muitos capitais que existiam no estrangeiro, pagaram-se as dívidas, alguns dos antigos credores tornaram-se devedores, resgataram-se grandes empresas, nacionalizaram-se outras, enfim adquiriu-se dignidade e prestígio. De vez em quando, supuram alguns furúnculos dessa peste daninha que os envenenadores de Moscovo andam a espalhar pelo Mundo — o Comunismo. Mas a cicatrização é pronta e fulminante. Em País de Ordem e Progresso, os bacilos facilmente se extinguem. — E aí está por que em várias Nações da Europa a agitação custa mais a debelar e é mais fácil promover desordens e greves, prelúdios clássicos das revoluções preconizadas pelos Ditadores de Leste. Continuemos, portanto, a trabalhar com perseverança e fé. Será nessas virtudes que encontraremos a força bastante para prosseguir na obra de ressurreição que um Homem extraordinário prega e pratica há 22 anos e a todos nós cumpre seguir e venerar.

★ ORLANDO R. DANTAS — Passou alguns dias em Lisboa este nosso velho amigo, fundador-Director do '*Diário de Notícias*', do Rio de Janeiro, hoje o matutino carioca de maior circulação naquela Capital. O. R. Dantas é brasileiro, de ascendência portuguesa, mas de formação inteiramente americana, e realizou em vinte anos uma das façanhas mais notáveis da Imprensa brasileira. Fundado o jornal em 1930 com pequeno capital e sem ligação alguma com qualquer empresa rica ou grupo financeiro, O. R. Dantas deu-lhe uma feição especial e inconfundível, dedicou-lhe todas suas energias e actividades, lutou bravamente, resistiu com galhardia às muitas injunções que se agitaram à sua volta e, pouco a pouco, firmemente, destemidamente, criou essa força que é o actual '*Diário de Notícias*', do Rio, jornal que aos domingos espalha para cima de 100.000 exemplares com 56 ou 64 páginas. Assistimos à sua fundação, acompanhámos o desenrolar das atribulações dos primeiros anos e continuámos em Portugal o contacto com os seus progressos e vitórias. Não calculávamos, porém, até onde os números podiam significar o prémio de tanto esforço e de tão veemente luta pelo triunfo. Esses números, O. R. Dantas teve a gentileza de oferecê-los à nossa curiosidade ao receber o balancete de Janeiro, repleto de saldos, de reservas, de créditos, de florescentíssima situação. E isso apenas em 20 anos, cortados por vicissitudes de toda a ordem e sem aqueles fantásticos *negócios*, que para outros são a única fonte de êxitos. — O. R. Dantas, ao fundar o jornal, quis prestar sincera homenagem ao nosso País e no primitivo edificio manteve durante muito tempo uma artística e evocativa Sala Portugal. Em 1936, publicou um extenso número dedicado à Situação Portuguesa e depois deu sempre espaço aos artigos e cartas em que fomos analisando, através do tempo, o desenvolvimento da nossa reconstituição. Nos últimos três ou quatro anos, por circunstâncias que não vale a pena esmiuçar, no '*Diário de Notícias*' começaram a aparecer artigos, notas e reportagens de acentuada má-vontade contra Portugal e coisas portuguesas. Em nossas cartas procurámos esclarecer os factos e desfazer as insídias. Mas difícil seria combater certos escritos apresentados pomposamente em nome de liberdades ofendidas e tiranias perseguidoras. O. R. Dantas resolveu visitar Portugal e sentir de perto alguma coisa do ambiente que lhe pintavam tão despótico e irrespirável. Alguma coisa viu e sentiu. Voltará brevemente e julgará melhor. Não queremos depois condescendências nem retratos de favor. Desde já lhe pedimos que dê suas impressões com absoluta sinceridade e, sobretudo, que reconheça não terem alguns dos seus colaboradores o direito de escrever tantas falsidades sobre Portugal sem nunca terem visto o nosso País e analisado *in loco* a razão de ser daquilo que nos é peculiar e só pode ser apreciado em função de nossos costumes, nossa vida social e nosso temperamento. A respeito do Brasil, todos os Portugueses são mais compreensivos e prudentes.

★ «O PROBLEMA DA HABITAÇÃO» — A Cooperativa portuense que, com este nome, se fundou há 23 anos e já construiu

algumas centenas de casas para os seus sócios, merece calorosos louvores pela forma como tem honrado o lema de seus esforços: «*Um lar para cada um*» e pelo entusiasmo com que procura desenvolver e ampliar a sua acção. Com 10.542 sócios em 31 de Dezembro de 1949, é, sem dúvida, a Cooperativa deste género que melhor interessou o público, porque melhor o serviu. Lemos, porém, no seu balanço das actividades do ano de 1949 algumas palavras de injustificado pessimismo, que precisam de ser comentadas. Estranha-se aí que desde 1948 em diante não tenha continuado a entrada de sócios no mesmo ritmo que se acelerou desde 1942 até 1948. Não nos parece difícil explicar o fenómeno sem o atribuir a crises económicas ou a outros factores estranhos. Nessa altura é que se começou a tornar aflitiva a crise da habitação e a necessidade urgente de lhe procurar remédio. Inscreveram-se na Cooperativa alguns milhares de sócios, que seguiram este crescendo: Em 1943 — 368; em 1944 — 963; em 1945 — 1.766; em 1946 — 2.632; em 1947 — 2.498; em 1948 — 928. Os maiores acréscimos produziram-se em 1945, 1946 e 1947, precisamente quando mais se ergueu o brado da falta de lares. Começou então a construção por todo o País de casas económicas, bairros operários, casas de pescadores, casas de renda limitada e muitos milhares de pessoas foram resolvendo os seus problemas. Tornou-se menos aflitiva a crise, não se procurou tão açodadamente a Cooperativa. Cremos que esta é a observação a fazer e que deve ser admitindo a justa realidade que a Cooperativa poderá continuar sua nobre tarefa sem desânimos e com absoluta confiança na vitória. As construções estão bastante longe dos prometidos dois anos e muitos sócios não têm paciência para esperar. Há os sorteios. Mas nesses poucos são os que confiam. Consiga a Cooperativa por meio de quaisquer operações equitativas abreviar chamadas para construção e verá como o ritmo da entrada de sócios voltará a animar, embora seja quase impossível regressar àqueles números de 1944 a 1948.

★ A BEM DA JUSTIÇA — Em 22 de Março, a Relação do Porto, por Acórdão firmado pelos Juizes Desembargadores Gustavo Teixeira Dias, Manuel Pereira Brandão e Manuel Malgueiro, resolveu, unânimemente, confirmar a decisão do Tribunal Colectivo da 1.<sup>a</sup> instância na acção que a Mesa Administrativa da Misericórdia do Porto moveu ao seu antigo Provedor Doutor António Luís Gomes. A Mesa acusava o austero e ilustre ex-Ministro do Governo Provisório de ter ficado com valores do benfeitor Alfredo Fontoura, de quem era testamenteiro. Provou-se na 1.<sup>a</sup> instância, depois de ampla discussão, que todos aqueles valores, aliás de pequena importância, eram legítima pertença do Doutor António Luís Gomes, zeloso e íntegro Provedor durante mais de 23 anos; e provou-se ainda que ele tinha instado com o referido benfeitor e seu íntimo amigo para que não o fizesse nem herdeiro do remanescente nem legatário de 50 contos a favor da Misericórdia. Resoluções desta espécie têm duplo mérito, pelo que nobilitam a magistratura e pela exemplar lição que representam para quantos se permitem a imprudência de quererem enxovalhar quem esteve sempre acima

de qualquer suspeita. O Doutor António Luís Gomes merecia mais respeito pela sua inexcedível probidade, a bem da Justiça.

★ DESAFRONTA À MEMÓRIA DE EÇA DE QUEIRÓS — A personalidade de Eça tem sofrido, desde que começou a ascender firmemente para a glória e, mais do que isso, para a imortalidade, ataques virulentos de críticos ou biógrafos, de figuras por ele ridicularizadas e de moralistas ortodoxos, possuidores estes, claro está, das mais cândidas e inultrapassáveis virtudes. O nascimento do Escritor, a sua compleição física, as múltiplas cambiantes do seu estilo, o seu casamento e a sua vida familiar — tudo tem servido para se encherem alguns milhares de páginas com fantasias de toda a ordem, invenções soeses e, vez por outra, vilanias desprezíveis. Durante muitos anos, os filhos do insigne Romancista preocuparam-se apenas com a impressão da sua Obra inédita e deixaram que o tempo desfizesse equívocos e maldades. Vendo, porém, que os críticos malévolos não desarmavam, os dois filhos sobreviventes — Maria e António — resolveram publicar as Cartas íntimas de seus Pais e deram-nos '*Eça de Queirós entre os Seus*', volume encantador, que veio alterar muitas das apreciações feitas pelos críticos honestos e confundir os deturpadores, que tinham inventado um Eça imoral e infecto, sem distinção ou qualquer espécie de nobreza. O livro causou uma impressão profunda e aumentou em larga escala o número de admiradores daquele que tão profundamente revolucionou o Romance português e lhe abriu novos e largos horizontes. Faltava, porém, completar os efeitos desse admirável volume com a pulverização inclemente e corajosa de tudo quanto podia conspurcar a memória do Escritor genial e do Pai afectuosíssimo. Foi o que fez agora António de Eça de Queirós, em linguagem tersa e desassomburada, com argumentos irrefragáveis e a mais nobre devoção filial. Não podemos concordar com a generalização que faz da inutilidade da Crítica, que, felizmente para a Cultura e para o Progresso, poucas vezes atinge a sórdida mesquizez daquela que António de Eça veio profligar. A sua própria '*Desafronta*' é uma prova de que a Crítica é necessária e de altíssimo valor quando se baseia em dados sérios e procura finalidades construtivas, moralizadoras ou culturais. Voltadas, porém, essas páginas preliminares de transitória opinião pessoal determinada pela profunda amargura que causaram à sensibilidade do filho os monstruosos ataques à personalidade do Pai, tudo o resto é vibrante e justiceiro, bem o merecendo os três mais acirrados deneigradores da memória de Eça de Queirós. Com um quarto Crítico, Professor ilustre, o Autor esgrime plácida e respeitosa, pois reconhece que ele se limitou «a discutir-lhe a obra com muita correcção, tentando desvendar-nos o melhor que pôde e soube, a figura do artista, fazendo-o com cuidados de admirador». Para os Críticos brasileiros, tanto neste livro como em conversas particulares, o filho de Eça tem sempre as mais gratas referências, porque eles nunca desceram às ultrajantes infâmias que sobre a pessoa do Escritor têm saído dalgumas penas portuguesas.

★ MEIO SÉCULO DE LITERATURA PORTUGUESA — O Sr. José Osório de Oliveira, que já se pode gloriar de uma intensa e extensa obra de crítica literária, portuguesa e brasileira, publicou agora um breve sumário da Literatura Portuguesa desde 1900 a 1949. Visão incompleta, na expressão do próprio Autor, é, no entanto, excelente Guia para quem deseje fazer uma ideia rápida do movimento literário português da 1.<sup>a</sup> metade do Século XX. Por isso e porque estes Sumários são frequentemente aceites como palavras definitivas para futuros historiadores da Literatura Portuguesa, permitimo-nos rectificar uma informação da página 19 sobre assunto que, apesar de sua pouca idade, parece já bastante esquecido. Lê-se naquela página: «Com a República, organiza-se, no Porto a Renascença Portuguesa, grupo de escritores que publica a revista *A Águia*, em que logo se destaca Teixeira de Pascoaes». A realidade facilmente verificável foi um pouco diferente. Em 1 de Dezembro de 1910, dois meses depois de proclamada a República, fundámos no Porto *A Águia* e reunimos à volta dela alguns dos mais ilustres Escritores portugueses. A revista publicou os seus prometidos dez números em 1910 e 1911 e conquistou tantos aplausos e simpatias, que sentiu a necessidade de alargar a sua acção e de promover um fecundo movimento de solidariedade espiritual entre os Escritores de todo o País. Fizeram-se reuniões em Coimbra, Lisboa e Porto, criaram-se delegações nas três cidades e no Rio de Janeiro e assim é que nasceu a «Renascença Portuguesa» e se remodelou *A Águia*, cujo n.º 1 da 2.<sup>a</sup> Série saiu em Janeiro de 1912, início das actividades do novo agrupamento cultural. Houve um brado inicial, determinado por acontecimentos que tão profundamente transformaram a Vida nacional, mas a «Renascença Portuguesa» surgiu como um protesto contra a queda imediata de todas as aspirações da Mocidade, que só via uma solução digna de seus ideais — a Cultura e a valorização espiritual da Grei. Estude-se bem aquele movimento e encontrar-lhe-ão mais alguma coisa que Saudosismo ou mera literatice.

★ 'OBRAS COMPLETAS DE GIL VICENTE' — Está publicado o fascículo n.º 5 da monumental edição com que a Companhia Editora do Minho decidiu enriquecer a já vasta, mas nunca bastante Bibliografia Vicentina. Em grande formato, bom tipo novo, belos desenhos de Joaquim Lopes e proficiente direcção gráfica de Eleutério Cerdeira, a nova edição é a mais sumptuosa de quantas se têm realizado até hoje. Neste fascículo 5, completa-se o *Auto da Feira* e inserem-se os Autos da *Cananeia* e de *Mofina Mendes*, terminando aqui o Livro Primeiro.

★ 'A EDUCAÇÃO RURAL NO DISTRITO FEDERAL' — A Cidade Maravilhosa, fascinação de nacionais e estrangeiros, não se desenvolve prodigiosamente apenas em suas construções, avenidas e jardins. No capítulo da Educação, os progressos são constantes e surpreendentes. Referimos no fascículo anterior a criação dos Ginásios para ensino secundário inteiramente gratuito. Outra iniciativa de igual interesse é descrita na brochura com o título acima, que nos refere as instalações e funcionamento de cinco

aliciantes Escolas rurais também criadas pela Prefeitura do Distrito Federal com os seguintes nomes: «Alberto Torres» (Estrada Rio-São Paulo); «Frei Veloso» (Realengo); «Belisário Pena» (Senador Vasconcelos); «Álvaro Alvim» (Magalhães Bastos) e «Dias Martins» (Estrada Rio-São Paulo). As escolas funcionam como pequenas granjas e nelas, além do ensino agrícola apropriado a cada zona, promovem-se organizações sociais, como o Clube agrícola, o Pelotão de Saúde, o Centro de Civismo e Intercâmbio, a Cooperativa e a Caixa Escolar, a Biblioteca, o Museu, etc., tudo dirigido por alunos sob a orientação dos professores. São eloquentes as gravuras que acompanham o opúsculo em que se documentam as actividades das novas escolas em tão feliz hora imaginadas e postas a funcionar pelo Prefeito general Mendes de Moraes e seu Secretário de Educação e Cultura Prof. Clovis Monteiro.

★ MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA — Dotado de boas instalações e de um Director zeloso e competente, o Museu das Janelas Verdes é sempre um Centro magnífico de interesses culturais. Lá tivemos mais uma audição de *Polyphonia*, o admirável Grupo orfeónico de Mário Sampaio Ribeiro, e sábias conferências de Myron Malkiel Jirmounsky sobre «Problemas de História de Arte». Quando terá Diogo de Macedo instalações semelhantes?

★ O COMPOSITOR DA SEMANA — A Emissora Nacional tem um programa com este nome, superiormente organizado por um distinto Professor e Compositor. Examinando, porém, os nomes escolhidos desde Dezembro até agora encontramos russos, alemães, ingleses, franceses, um norueguês, um polonês e um húngaro, mas nem um só português. Não haverá na História da nossa Música compositores dignos de figurarem nas semanas da Emissora Nacional ou estão destinados para próximas emissões? Aqui fica a pergunta e o desejo de que não tarde resposta satisfatória.

★ ÓSCAR DA SILVA — Perdoe-nos o querido Amigo a indiscrição desta nota. A 21 de Abril corrente completa o glorioso e desditoso Artista a bonita idade de 80 anos. Sabemos que continua a trabalhar com entusiasmo e que espera a todo o momento poder regressar à Pátria, a fim de dar sua valiosa contribuição ao Gabinete de Estudos Musicais da Emissora. No Porto, sua cidade natal, prepara-se-lhe grandiosa festa de homenagem, à qual se associará toda a população.

★ LIGA PORTUGUESA DE PROFILAXIA SOCIAL — Mais dois opúsculos contendo relevante matéria de doutrina moral e social nos envia a benemérita Liga, que tão denodadas campanhas tem realizado, a bem da purificação dos costumes e da solução de problemas do maior interesse público. Neles se reproduzem duas conferências realizadas em 1947 e 1948 no Clube Fenianos Portuenses: *O Problema da Orientação Profissional* — por Adelaide do Carmo Fernandes e *Como se faz um ladrão* — por Sousa Costa. Orientação profissional devia generalizar-se até à obrigatoriedade, sobretudo depois que os contratos colectivos de trabalho colocam em pé de igualdade de direitos os operários com um certo número de anos de exercício. E a par dela — a educação técnica rigorosa-

mente ministrada. A Dr.<sup>a</sup> Adelaide Fernandes analisa muito bem o problema da organização e selecção profissional e fecha o seu opúsculo com um quadro em que mostra terem seguido com êxito profissões indicadas 80 % dos menores do Refúgio do Tribunal Central do Porto. Em Lisboa, o Instituto de Orientação Profissional funciona com excepcional proficiência, mas o seu objectivo só será devidamente atingido quando esse exame se tornar obrigatório para todas as profissões. É de esperar que em futuro o mais próximo possível nenhum contrato de trabalho deva firmar-se sem o atestado do Instituto. Evitar-se-á então que seja um mau tipógrafo aquele que podia ser um bom serralheiro, ou um mau alfaiate o que podia dar excelente ourives. — O dr. Sousa Costa, Magistrado ilustre, colheu na sua experiência do foro autoridade especial. Daí — a magnífica lição de profilaxia criminal dada na conferência que intitulou de *Como se faz um ladrão ou as cinco Estações da Via infamante* e onde toda a doutrina se condensa na apologia vibrante da obra do P.<sup>e</sup> António de Oliveira, que foi Mestre dos reclusos de Caxias e Fundador da Tutoria da Infância.

★ CORREIO ENTRE PORTUGAL E BRASIL — Repetimos a queixa já aqui feita mais duma vez. O correio marítimo entre Portugal e Brasil continua sujeito a demoras inconcebíveis, apesar de haver agora transportes todas as semanas. Cartas e jornais levam frequentemente de 30 a 45 dias. As Administrações dos Correios desmentem o facto, mas a verdade confirma as demoras e, portanto, a razão das queixas.

★ NOTA DO FIM — O novo Embaixador do Brasil em Madrid, Dr. Ferreira de Melo, fez declarações de alta importância a respeito dos princípios essenciais da política internacional do seu País, que consubstanciou nesta frase modelar: «não intervir nos assuntos internos dum outro País». O conceito fulge com relevo especial num momento em que políticos insensatos e jornalistas levianos se permitem falar da Política interna das outras Nações com a mesma sem-cerimónia e facciosismo que aplicam ao futebol ou à crítica de seus camaradas...

ÁLVARO PINTO

---

## REVISTA DE PORTUGAL

FUNDADA EM 1942

☛ SÉRIE A—LÍNGUA PORTUGUESA

DIRECTOR — ÁLVARO PINTO

VOLUMES I A XI (N.º 1 A 55), ENC. EM PANO 100\$00 CADA UM  
VOL. XII (N.º 56/60) — 120\$00 ★ VOL. XIII E XIV (N.º 61/70 E 71/80)  
— 180\$00 CADA UM — N.º 1/54 — 15\$00 CADA UM ★ 55 E SEGUINTE  
— 17\$50 CADA UM — VOL. XV — N.º 81 A 90 — EM PUBLICAÇÃO

HÁ UM PEQUENO NÚMERO DE COLECCÕES

— Capas de pano — 20\$00 e 25\$00 cada uma —

---



# Companhia Colonial de Navegação

## SERVIÇO DE CARGA E PASSAGEIROS

*Carreiras regulares para: Cabo Verde, Guiné, África Ocidental e Oriental, Brasil e América do Norte*

### Frota da Companhia em serviço e em construção

<i>Paquetes:</i>	Deslocamento Toneladas	Porte bruto Toneladas	<i>Navios de carga:</i>	Deslocamento Toneladas	Porte bruto Toneladas
«Pátria» (n. t.) . . . . .	19.173	10.943	«Amboim» (n. m.) . . . . .	13.114	9.419
«Império» (n. t.) . . . . .	19.173	10.943	«Benguela» (n. m.) . . . . .	12.303	9.347
«Mouzinho» . . . . .	14.150	8.200	«Lugela» (n. t.) . . . . .	12.250	8.340
«Colonial» . . . . .	14.120	8.136	«Pungue» . . . . .	8.750	6.356
«Serpa Pinto» . . . . .	13.020	5.412	«Lobito» . . . . .	5.970	4.278
«João Belo» . . . . .	12.080	7.540	«Pebane» . . . . .	4.105	2.797
«Guiné» . . . . .	6.130	3.250	«Quionga» . . . . .	4.105	2.770
			«Lunda» . . . . .	4.105	2.778
			«Chaimite» . . . . .	3.200	2.000
			«Nampula» . . . . .	3.200	2.000
			«Búzi» . . . . .	3.080	2.062
			«Sena» . . . . .	2.458	1.700
<i>Navios de carga:</i>					
«Luanda» (n. m.) . . . . .	13.790	9.820			
«Ganda» (n. m.) . . . . .	13.114	9.419			

*Rebocadores: «Monsanto», (n. m.), 850; «Oceânia», 350; Mafra, (n. m.), 310; «Mutela», (n. m.), 210; «Náuticos», 200; «Catembe», 120; «Príncipe», 100. Total 2.040 toneladas de deslocamento. Além dos rebocadores, a Companhia possui o seguinte material auxiliar: 12 lanchas-motor, 8 batelões de alto-mar, 247 batelões de tráfego local, com um deslocamento de 15.000 toneladas e com um porte útil total de carga de 10.962 toneladas.*

Escritórios: LISBOA — R. de S. Julião, 63 — Tel. 30131 a 30138 — PORTO — R. Infante D. Henrique, 9 — Tel. 23342

## Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes

LISBOA

Agentes em Lisboa: COMPANHIA UNIÃO FABRIL (Secção Marítima)  
Rua do Comércio, 39 — Telefone 3 0551

### FROTA

n/m «África Ocidental» . . . . .	1.504 Ton.	n/m «Cartaxo» . . . . .	1.376 Ton.
n/m «Alcobaça» . . . . .	9.437 »	n/m «Colares» . . . . .	1.376 »
n/v «Alcoutim» . . . . .	10.526 »	n/m «Conceição Maria» . . . . .	2.974 »
n/m «Alfredo da Silva» . . . . .	5.500 »	n/m «Coruche» . . . . .	1.376 »
n/m «Alexandre Silva» . . . . .	2.974 »	n/v «Costeiro» . . . . .	900 »
n/m «Alemquer» . . . . .	9.437 »	n/v «Costeiro Segundo» . . . . .	490 »
n/v «Alferrarede» . . . . .	2.118 »	n/m «Costeiro Terceiro» . . . . .	1.426 »
n/m «Almeirim» . . . . .	9.437 »	n/m «Covilhã» . . . . .	1.376 »
n/v «Amarante» . . . . .	12.595 »	n/v «Cunene» . . . . .	9.800 »
n/m «Ambrizete» . . . . .	9.100 »	n/v «Foca» . . . . .	2.018 »
n/m «Ana Mafalda» . . . . .	5.500 »	n/v «Inhambane» . . . . .	9.619 »
n/m «Andulo» . . . . .	9.100 »	n/v «Luso» . . . . .	10.125 »
n/m «António Carlos» . . . . .	2.974 »	n/v «Maria Amélia» . . . . .	3.005 »
n/m «Arraiolos» . . . . .	9.437 »	n/v «Mello» . . . . .	6.253 »
n/m «Belas» . . . . .	7.100 »	n/v «Mirandella» . . . . .	7.000 »
n/m «Borbas» . . . . .	7.145 »	n/m «São Macário» . . . . .	1.221 »
n/m «Braga» . . . . .	7.110 »	n/v «Saudades» . . . . .	6.430 »
n/m «Bragança» . . . . .	7.110 »	n/v «Zé Mancel» . . . . .	1.220 »

Total: 186.415 toneladas

*Rebocadores — «Africa», «Cintra», «Estoril», «Freixo», «São Cristóvão», «Soure»  
Lanchas a motor — «Garota», «Bilhão», «Obidos», «Maquela», «Carocha»*

*34 Batelões (19 de 500 ton., 13 de 400 ton., e 2 de 250 ton.); 24 Fragatas (2.150 ton.); 1 Barca de água (250 ton.)  
e 1 Draga «Barreiro» com 5 Batelões de Dragadas com 80 m3 cada*

*Em construção nos estaleiros da C. U. F.: 2 Navios de 5.500 ton. para 36 passageiros e carga, cada um;  
2 Rebocadores de 1.200 ton. cada um*

*Carreiras de Lisboa para: Norte de Europa — Norte de Africa — Cabo Verde — Guiné — Angola — Argentina  
— Chile — Estados Unidos — Terra Nova — Groenlândia e Costa de Portugal*

*Importante — A Companhia que mais navios tem ao seu serviço construídos em Portugal nos estaleiros  
da Companhia União Fabril no Barreiro e Lisboa*



**TOSSE ?**

**BENZO-DIACOL**

**DRÁGEAS    GOTAS    XAROPE**